

LUIZ CARLOS COELHO DE MENEZES

QUALIDADE DE VIDA NO CONTEXTO DA OCUPAÇÃO DE
RONDÔNIA: o caso do Projeto Integrado de
Colonização Ouro Preto.

Tese apresentada à Escola Superior
de Agricultura de Lavras, como parte das
exigências do Curso de Mestrado em
Administração Rural, para obtenção do
grau de "MESTRE".

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS
LAVRAS - MINAS GERAIS
1987



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA
LAVRAS — MINAS GERAIS

APROVADA:

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Vicente'.

Prof. M.Sc. VICENTE DE PAULA VITOR
Orientador

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Jose Solon J. Guerrero'.

Prof. Pós-doctor JOSÉ SOLON J. GUERRERO

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Jovino Amancio de Moura Filho'.

Prof. M.Sc. JOVINO AMÂNCIO DE MOURA FILHO

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Agostinho R. de Abreu'.

Prof. Dr. AGOSTINHO R. DE ABREU

À minha esposa, Lucimar, pela dedicação e afeto,

A meus filhos, Janaína, Alexandre e Marcelo, pelos muitos momentos que os privei de um melhor convívio.

A meus avós, Isaac e Maria Cristina (in memorian).

Ao meu irmão Juarez (in memorian).

A meus pais e minha tia Juarina pelo carinho e respeito.

Aos demais familiares pelo apoio e incentivo.

BIOGRAFIA

LUIZ CARLOS COELHO DE MENEZES, filho de Juarez Teles de Menezes e Stela Coelho de Menezes, nasceu em Manaus, Estado do Amazonas, a 11 de março de 1946.

Concluiu o curso primário no Ginásio 7 de Setembro, o curso ginasial no Colégio Lourenço Filho e o curso Científico no Liceu do Ceará em Fortaleza-CE.

Engenheiro Agrônomo, graduado pela Escola de Agronomia da Universidade Federal do Ceará, em dezembro de 1969.

Trabalhou inicialmente na Secretaria de Agricultura do Território Federal de Rondônia, quando, em novembro de 1971, foi admitido na ex-Associação de Crédito e Assistência Rural do Território de Rondônia - ACAR-RO; em março de 1973 ingressou na ex-Associação de Crédito e Assistência Rural do Distrito Federal - ACAR-DF e em setembro de 1974 retornou à ACAR-RO, hoje Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-RO, onde permanece como funcionário até a presente data.

Durante esse período exerceu os seguintes cargos na extensão rural: Chefe de escritório local, supervisor regional, secretário executivo adjunto e secretário executivo, para, em julho de 1979, por solicitação do Governo do então Território de Rondônia, ser colocado à disposição da Secretaria de Agricultura para exercer o cargo de Secretário de Agricultura Adjunto, quando, em fevereiro de 1981, passou a exercer o cargo de Secretário de Agricultura, onde permaneceu até fevereiro de 1985.

A nível de especialização participou do curso de Administração Pública Agrícola, pela Fundação Getúlio Vargas, realizado em 1976, num total de 600 horas. Ingressando no Curso de Mestrado em Administração Rural da Escola Superior de Agricultura de Lavras, Minas Gerais, em 05 de março de 1985.

AGRADECIMENTOS

À Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia, EMATER-RO, que, na pessoa do então Secretário Executivo, Francisco Celmo Ferreira Alencar, não mediu esforços para minha participação neste curso. Assim como, aos Secretários Executivos José Pinto da Silva e Sandi Calisto de Souza, que me concederam meios para que o mesmo pudesse ser concluído.

À Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, EMBRATER, pelo apoio concedido durante a realização do curso.

À Escola Superior de Agricultura de Lavras, ESAL, por intermédio de seu Departamento de Administração e Economia, pela oportunidade oferecida em participar de seu programa de pós-graduação.

À Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão, FAEPE, pela ajuda financeira concedida para impressão da dissertação.

Ao Professor Orientador Vicente de Paula Vitor, pela orientação, amizade e respeito.

Ao Professor José Solon J. Guerrero Gutierrez, da Universidade Federal de Viçosa, pelas valiosas sugestões e conhecimentos transmitidos, que, sem dúvida alguma, contribuíram para a realização deste trabalho.

Ao Professor Jovino Amâncio de Moura Filho, pelas orientações e correções.

Ao Professor Ricardo Perez Rivera, pela amizade e colaboração.

Aos Professores Agostinho Roberto de Abreu e Rubens Delly Veiga, do Departamento de Ciências Exatas e aos demais professores do Departamento de Administração e Economia, que participaram direta ou indiretamente na realização deste trabalho.

Aos colegas de Pós-Graduação pelo convívio, colaboração e amizade.

Aos amigos Cesar Mesquita e Nivaldo, pela dedicação e apoio.

Ao Chefe do Escritório local de Ouro Preto D'Oeste, Augusto Lobo, pela amizade e apoio recebido para execução da coleta de dados.

Aos extensionistas locais que participaram diretamente na aplicação dos questionários, pela dedicação e empenho.

Aos produtores rurais do PIC Ouro Preto pela atenção e informações prestadas para o preenchimento dos questionários.

Aos técnicos da SEAGRI, CEPA, UEPAE-RO e os demais técnicos da EMATER-RO que participaram indiretamente para a realização deste trabalho.

Ao Executor do PIC Ouro Preto - INCRA, ao Chefe da Unidade Operacional da SEAGRI e funcionários, pelo apoio logístico.

Aos funcionários do Departamento de Administração e Economia da ESAL, da EMATER-RO e da SEAGRI, pela atenção e contribuição.

SUMÁRIO

	Página
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Objetivos	6
2. REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1. Desenvolvimento Rural: Os PDRI's	8
2.2. Qualidade de Vida e seus Indicadores	14
3. METODOLOGIA	21
3.1. Seleção e Caracterização da Área	21
3.1.1. Seleção da área	21
3.1.2. Caracterização da área	23
3.2. População de Amostra	26
3.3. Coleta de Dados	27
3.4. Definição e Operacionalização das variáveis ...	28
3.4.1. Variável dependente	28
3.4.2. Variável independentes	32
3.5. Tipos de Análises	35
3.5.1. Análise Tabular	36

3.5.2. Análise de Correlação	36
3.5.3. Análise Fatorial	37
3.5.4. Análise de Regressão Linear Múltipla ...	38
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	40
4.1. Análise Tabular	40
4.1.1. Análise tabular dos componentes da qualidade de vida	40
4.1.2. Análise tabular da variáveis Sócio-econômicas	46
4.2. Resultados da Análise da Correlação Parcial ...	58
4.2.1. Análise da associação dos componentes da qualidade de vida com as variáveis sócio-econômicas	59
4.2.2. Análise de correlação entre as variáveis sócio-econômicas	66
4.3. Análise Fatorial	70
4.3.1. Obtenção dos índices ponderados de Qualidade de vida	70
4.3.2. Procedimentos para determinação dos componentes dos índices ponderados de Qualidades de Vida	74
4.4. Resultados da Análise de Regressão	75
4.4.1. Equação da Regressão Linear simples do IPQV como fator alimentar	75

4.4.2. Equação de regressão linear múltipla do IPQV ₁ como fator doméstico	76
4.4.3. Equação de regressão linear múltipla do IPQV _t total	78
5. CONCLUSÕES E SUGESTÕES	82
5.1. Conclusões	82
5.2. Sugestões	88
6. RESUMO	91
7. SUMMARY	94
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97
9. APÊNDICE	103
Apêndice A	104
Apêndice B	105
Apêndice C	106
Apêncide D	107
Apêndice E	108
Apêndice F	109
Apêndice G	110
Apêndice H	111
Apêndice I	112
Apêndice J	113
Apêndice L	114
Apêndice M	115
Apêndice N	116

LISTA DE QUADROS

Quadro	Página
1 - Componentes de qualidade de vida: unidade de medida, valor máximo e valor padronizado	29
2 - Distribuição percentual da população nas categorias ajustadas dos componentes de qualidade de vida do PIC Ouro Preto. Rondônia, 1986	41
3 - Distribuição percentual da população nas categorias ajustadas das variáveis sócio-econômicas do PIC Ouro Preto. Rondônia , 1986	48
4 - Matriz de correlação (SPEARMAN CORRELATION COEFFICIENTS) população rural do PIC Ouro Preto, Rondônia, 1986	60
5 - Matriz de fatores (rotações pelo método VARIMAX) das dimensões da qualidade de vida no PIC Ouro Preto, Rondônia, 1986	71

LISTA DE FIGURAS

Figura	Página
1. Hierarquia da percepção das necessidades humanas, segundo MASLOW	19
2. Área de ação do PDRI-RO	22
3. Localização da área em estudo - Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto (PICOP)	24

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SEAGRI - Secretaria de Agricultura

CEPA-RO - Comissão Estadual de Planejamento Agrícola de Rondônia

UEPAE - Unidade de Execução de Pesquisas de Âmbito Estadual

EMATER-RO - Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural de
Rondônia

BIRD - Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento

INPA - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia

CIBRAZEM - Companhia Brasileira de Armazéns

SUDHEVEA - Superintendência da Borracha

1. INTRODUÇÃO

As mudanças estruturais ocorridas na agricultura do centro-sul, em consequência das modificações dos padrões tecnológicos em uso, do redirecionamento da produção para culturas mais rentáveis e da reconcentração fundiária, motivou o avanço de pequenos produtores, arrendatários, parceiros e assalariados para a região amazônica. Em decorrência, acontecimentos importantes na expansão da fronteira agrícola na Amazônia desenvolveram-se em Rondônia, em face da sua disponibilidade de terras férteis ainda não exploradas.

Rondônia foi transformada na mais dinâmica fronteira agrícola do país, intensificando-se acentuadamente a procura de terra nesta área e gerando, com isto, focos de tensões sociais já no início da década de setenta. Em face da necessidade de disciplinar a sua ocupação, através do assentamento das inúmeras famílias que para lá fluíam continuamente, foi implantada na região a maior área de colonização oficial do país. Até 1979, foram implantados 7 (sete) projetos de colonização através do INCRA, procurando ordenar a ocupação espontânea e desordenada de terras

da união, de particulares e de companhias de colonização.

Para TAVARES et alii (33), a colonização propriamente oficial no Brasil tem sido promovida por causas de ordem político-militares e econômico-sociais. Em décadas recentes, através de abertura de áreas novas a migrantes nacionais, as autoridades governamentais têm tentado, por um lado, reduzir as tensões sociais nas áreas agrícolas de ocupação antiga e, por outro, evitar a migração considerada excessiva para as grandes cidades . Portanto, pelo que se pode deduzir, de uma forma ou outra, a migração espontânea para Rondônia não se baseava na simples decisão pessoal de cada migrante mudar de local de moradia e trabalho; o espontaneísmo se dava através de fatores fortemente ligados ao Estado. Por um lado, pela omissão do mesmo, a exemplo do que vem ocorrendo no Paraná; de outro, por intermédio de sua efetiva participação no processo de ocupação da Amazônia.

Com as atribuições de planejar e executar a colonização e a reforma agrária e promover o desenvolvimento no campo, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, em Rondônia, ampliou, na década de setenta, consideravelmente a sua atuação. No entanto, apesar de toda a infra-estrutura implantada por esta autarquia e das restrições que foram impostas para reprimir o avanço da frente de subsistência, no final daquela década, tendo em vista o acelerado processo migratório, foram identificados sérios problemas relacionados com a construção de estradas vicinais e a necessidade de instalação de infra-estrutura básica no

meio rural.

TURCHI (35), em seu estudo sobre colonização dirigida que trata da experiência realizada em Rondônia, afirma que em 1977 já existiam 30.000 famílias à espera de lotes e que "face a deficiência de uma infra-estrutura básica de transportes, comercialização, armazenagem, saúde, educação, habitação, titulação e a inoperância dos mecanismos de apoio ao pequeno produtor, a colonização em Rondônia não tem propiciado as condições adequadas à transformação dos mesmos em prósperas unidades de produção familiar".

Destaca MUELLER (26) que, a partir de 1979, com a disposição da nova Administração Federal em alterar a atitude francamente negativa em relação a colonização pública, que prevalecia no final do período anterior, novos programas foram empreendidos para a região. Surgiu então o POLONOROESTE - Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil, que além da pavimentação da BR-364, ligando Porto Velho a Cuiabá, incluía projetos de desenvolvimento rural integrado e de assentamento de migrantes, regularização fundiária, preservação do sistema ecológico e apoio às comunidades indígenas, proporcionando investimentos necessários ao desenvolvimento sócio-econômico da área influenciada pela referida estrada. SUDECO (05).

O POLONOROESTE, em Rondônia, teve seu início em 1982, dando ênfase à implantação do Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado, PDRI-RO, cuja área de ação corresponde exatamente às

áreas abrangidas por cinco antigos projetos de colonização ao longo da BR-364 que ainda não tinham sido emancipados, pela ausência de uma infra-estrutura adequada para tal. Prevendo beneficiar 35.000 famílias, as ações do PDRI-RO pretendiam incrementar a oferta agregada de serviços no meio rural, pela descentralização do apoio ao pequeno produtor em relação aos atuais centros urbanos ao longo da BR-364.

Foi programada, através do PDRI-RO, a implantação de um conjunto de estruturas físicas de 39 núcleos urbanos e apoio rural (NUAR) interiorizados, cada um sediando uma microrregião, com abrangência média de 800 lotes rurais. O projeto contempla ainda diversas atividades que visam fortalecer e aperfeiçoar a infra-estrutura sócio-econômica da região, com base nos seguintes componentes: construção e recuperação de estradas vicinais, assistência técnica e extensão rural, pesquisa e experimentação agropecuária, armazenagem, educação, saúde, organização social e atividades paralelas, como crédito e produção de sementes e mudas.

Com a participação financeira do Banco Mundial, o POLONOROESTE, embora com problemas quanto à implantação de alguns projetos, vem desenvolvendo a maioria das etapas estabelecidas em sua programação. No tocante especificamente ao PDRI-RO, constatou-se, através do relatório de avaliação de meio termo realizado pela FIPE (16), órgão responsável pela avaliação do PDRI-RO, que são inúmeros os problemas decorrentes de falhas na

implantação do projeto, falhas essas detectadas na implantação da infra-estrutura física, quanto a implementação dos componentes sociais e de apoio a produção, e quanto aos aspectos institucionais e administrativos.

Pelo exposto, cabe evidenciar que existe toda uma postura crítica capaz de (proporcionar o conhecimento da realidade da ocupação de Rondônia), seja através de pesquisas empíricas realizadas a nível de campo, com produtores e técnicos, a exemplo do estudo realizado por TURCHI (35), ou, mesmo, através de constantes avaliações como as realizadas pela FIPE (16). O fato é que existem inúmeros trabalhos relevantes a respeito do processo de ocupação de Rondônia, com informações capazes de contribuir para a percepção e interpretação das origens dos desvios que porventura tenham ocorrido com a implantação dos programas governamentais.]

No entanto, não existem referências quanto ao padrão de vida e o bem-estar da população beneficiada com a infra-estrutura de bens e serviços implantados através dos projetos de colonização e, mais recentemente, com o PDRI-RO. Deste, principalmente, por se tratar de um projeto de desenvolvimento agrícola, e de acordo com a concepção de MELLOR (24), desenvolvimento agrícola tem como objetivo final aumentar o bem-estar geral e, particularmente, o bem-estar rural. Então, pretende-se no presente estudo [identificar o nível da qualidade de vida dos produtores rurais existentes no Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto

(PICOP). Visto que a qualidade de vida, entendida por ACOSTA-HOYOS & GUERRERO (01) como o bem-estar e promoção da espécie humana, é considerada como um indicador de desenvolvimento, ao ser identificada através de uma pesquisa empírica poderá servir tanto como um marco referencial para futuros estudos em Rondônia, como também um dos instrumentos avaliativos do processo de desenvolvimento rural em andamento.

1.1. Objetivos

Objetivo Geral

[Identificar o nível da qualidade de vida dos produtores rurais localizados no Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto beneficiados pelo Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado, PDRI-RO, e verificar as relações existentes entre a qualidade de vida e algumas variáveis sócio-econômicas associadas ao processo de desenvolvimento rural em Rondônia.

Objetivos Específicos

- a) Caracterizar o perfil da qualidade de vida dos produtores rurais do Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto.
- b) Analisar as relações existentes entre os diversos componentes da qualidade de vida dos produtores rurais na área de estudo com fatores sócio-econômicos

associados ao processo de desenvolvimento da região.

- c) Explicar estatisticamente o comportamento do índice ponderado de qualidade de vida, IPQV, em função das variáveis sócio-econômicas associadas ao processo de desenvolvimento rural em Rondônia.
- d) Conferir os resultados da pesquisa com os objetivos sociais propostos pelo PDRI-RO.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Pretende-se, neste capítulo, desenvolver uma fundamentação teórica sobre a qualidade de vida no meio rural como um indicador para se medir o desempenho dos projetos de desenvolvimento rural integrado.

Discute-se, inicialmente, conceitos de desenvolvimento rural e a necessidade de sua mensuração para aferir seus efeitos no processo de promoção humana, para, posteriormente, discutir-se a estrutura conceptual da qualidade de vida e seus indicadores.

2.1. Desenvolvimento Rural: os PDRIs

GUERRERO (18) afirma que, na América Latina, a discussão sobre desenvolvimento tem sido balizada por duas posições teóricas. Na primeira ele é visto como sendo de natureza técnica e econômica, conformando o chamado "Modelo da Produtividade" que se caracteriza pela defesa de uma maior expansão do setor industrial, em que o sucesso do desenvolvimento depende da produção do referido setor. O outro é o chamado "Modelo de Equidade", em

que o desenvolvimento é tido como um processo de promoção humana e deve servir às necessidades básicas e sociais do homem para melhorar suas condições de vida. Portanto, o "Modelo de Equidade" enfatiza o bem estar da população e o "Modelo de Produtividade", o crescimento econômico nacional. Do contraste entre essas duas correntes é evidente que maior produtividade e maior riqueza são componentes essenciais do desenvolvimento; porém, são igualmente importantes os esforços que conduzem a assegurar a participação e integração de todos os homens na vida e na economia nacional para que os mesmos possam ter oportunidades de trabalho produtivo e a consciência de serem úteis às suas famílias e à sociedade.

Para NYERERE (27), uma política de desenvolvimento rural é uma política de desenvolvimento nacional. Não se pode enfocar "desenvolvimento rural" como um aspecto isolado das outras políticas governamentais, isto porque a raiz da pobreza no mundo, bem como sua substância, situa-se nas áreas rurais. Nesse aspecto, o autor diz ainda que "para ser eficaz, o ataque à pobreza no mundo só pode ser feito voltando-se diretamente para as áreas rurais, buscando resolver ali os problemas. Devemos lidar com eles à luz do objetivo, que não é o de maximizar o valor da produção em termos monetários. O objetivo é, e deve ser, o de dar comida, vestuário, abrigo, educação e os serviços de saúde a todos, em condições que favoreçam a dignidade humana universal".

Assinala TÁVORA FILHO & LEITE (34) que, mesmo nas nações onde a agricultura tem sido considerada como essencial ao

desenvolvimento econômico, poucas foram as realizações concretas que motivaram uma evolução significativa do setor capaz de elevar os padrões de vida dos agricultores e solucionar as graves questões que estão associadas ao retardamento do progresso rural. Na verdade, a experiência da maioria dos países subdesenvolvidos tem demonstrado que o desenvolvimento rural é uma tarefa difícil e frustrante em face do insucesso dos modelos adotados para a agricultura desses países, que não levaram em conta os elementos essenciais para o êxito do desenvolvimento rural. Neste aspecto, o IICA, nos últimos anos, segundo ARAÚJO (03), tem procurado reformular os conceitos e as políticas destinadas a possibilitar o desenvolvimento rural, abandonando a idéia original de considerar as pesquisas e o ensino das ciências agrônômicas como fins em si mesmas para passar a considerá-las como meios, desenvolvendo esforços para uma visão mais humanista do homem rural na América Latina, considerando que a modernização tecnológica, que não está necessariamente associada com uma transformação social, pode converter-se em um fator negativo para o desenvolvimento, ou não traduzir-se num processo de promoção humana.

De acordo, ainda, com ARAÚJO (03), em algumas regiões latino-americanas têm-se observado situações de crescimento da produção e, simultaneamente, aumento notório da mortalidade infantil. Em outros casos, a introdução de determinados cultivos tem permitido incrementar substancialmente o produto total e o componente de exportação, porém, paralelamente, chama a atenção a concentração da posse e uso da terra, reduzindo o uso da mão-

de-obra e gerando centenas de milhares de desocupados.

No Brasil, especificamente no Nordeste, o Governo Federal tem procurado modificar a situação do setor rural através de inúmeras medidas de política econômica. Contudo, os resultados alcançados não têm correspondido aos investimentos realizados e às expectativas regionais do desenvolvimento. Necessário se fez, então, adotar uma nova estratégia para o desenvolvimento da região com base no modelo de desenvolvimento rural integrado, modelo este que, para TÁVORA FILHO & LEITE (34), "destina-se adequadamente à solução dos problemas de áreas com pressão demográfica e social, de áreas deprimidas com problemas de emprego, ou que tenha como finalidade a elevação do padrão de vida de contingentes populacionais marginalizados do sistema de mercado".

Para PINTO (29), essa nova política de desenvolvimento não é uma alternativa para a reforma agrária, mas apresenta-se, como tal, frente ao assim denominado fracasso da reforma agrária. Para o referido autor, teoricamente, o desenvolvimento rural integrado trata-se de uma política de concentração da população rural disseminada, mediante a estruturação de um sistema hierarquizado e interconectado de centros rurais com a finalidade de:

- (a) Facilitar e reduzir os custos da prestação de serviços sociais básicos, como a saúde, educação, moradia e outros.
- (b) Facilitar e reduzir os custos da assistência técnica agropecuária.

- c) Reorganizar o espaço de uma maneira funcional.
- d) Facilitar a incorporação dos componentes à economia de intercâmbio monetário.
- e) Modernizar as atitudes, valores e pautas de conduta da população rural.
- f) Facilitar o processo de participação da população, a nível de localidades básicas.
- g) Reduzir o custo da integração básica do território.

TÁVORA FILHO & LEITE (34) informam que o novo enfoque de desenvolvimento rural integrado se apoia na compreensão de que é necessário considerar, simultaneamente, nos programas de desenvolvimento rural, os aspectos físicos, econômicos, sociais e organizacionais, além da integração entre agricultura, indústria e serviços nas próprias zonas rurais. Além disso, deve haver uma ação sincronizada das instituições federais, regionais e locais dirigidas para a concretização desses objetivos, que devem ser claramente definidos. No entanto, para manter os propósitos anteriormente citados necessário se faz estabelecer um conjunto de medidas simultâneas que depende de vigorosa ação de coordenação institucional, nem sempre fácil de ser obtida. Por isso, há necessidade de planejar a execução cuidadosa, de modo a evitar frustrações e decepções que estorvem a realização de novas iniciativas.

Segundo BARBOSA (04), os programas de desenvolvimento

rural no Brasil têm mostrado sucessos e insucessos sem que se tenha tido, contudo, até agora, uma visão global do desempenho das propostas de desenvolvimento, exatamente pela ausência de uma abordagem sistemática de avaliação de tais experiências. Diz ainda o autor que os programas especiais não se prestam, adequadamente, como objetivo central do exercício de avaliação, uma vez que tais programas existem como uma proposição política de desenvolvimento rural e definem as linhas mestras: grandes objetivos, público-meta e grandes projetos operativos. Dificilmente são transformados em projetos sistemáticos. Como colorário, os grandes projetos operativos, os PDRIs, devem servir como unidade de avaliação, tanto no que diz respeito ao seu desempenho, como no que diz respeito à sua coerência com os grandes objetivos do programa.

De um modo geral, BARBOSA (04) enfatiza que no Brasil não está institucionalizada a prática de avaliar, sistematicamente, as experiências com projetos e programas de desenvolvimento rural, de tal forma que novas propostas trazem sempre as características das antigas, isto é, os modelos de desenvolvimento não são revisados porque não são avaliados. Coloca-se em questão a viabilidade de se institucionalizar um sistema de consulta responsável, de tal forma a aumentar as chances de sucesso dos esforços de desenvolvimento rural. Cita o autor que algumas experiências recentes com alguns PDRIs parecem sugerir que é possível e desejável a busca de tal solução, desde que se reconheça que o homem é o objeto final e o próprio motor de desenvolvimento.

to.

Recentemente, CASLEY & LURY (07) elaboraram, com base nas suas experiências na área de monitoria e avaliação, um manual que discute esses itens e apresenta recomendações sobre como lidar com eles. Neste aspecto, ao discutir os indicadores para avaliação de projetos de desenvolvimento rural, classifica-os em três grupos: os indicadores de produção, os indicadores econômicos e os indicadores da qualidade de vida. Em alusão a aplicação dos referidos indicadores os autores destacam a utilização dos indicadores de rendimentos e benefícios como mais apropriados para o exercício de avaliação dos projetos de desenvolvimento rural, que, embora difíceis de definir e mensurar, referem-se aos fenômenos identificáveis e tangíveis. Entendendo os mesmos que a escolha dos indicadores da qualidade de vida é ainda mais difícil, porque seu conceito é vago e extremamente subjetivo.

2.2. Qualidade de vida e seus indicadores

Do exposto anteriormente, pode-se admitir que o desenvolvimento, dentro de um conceito global que tem como protagonista principal o homem, não é visto somente pela ótica da produção, produtividade, renda média "per capita", mas também em termos da redução progressiva da pobreza, através da melhoria da qualidade de vida. Essa concepção possibilita entender a qualidade de vida como um indicador de desenvolvimento em um marco de referência humanista, aspecto já considerado por VIANA et alii(36) ao definir

seu modelo conceptual. O citado autor baseou seu estudo na abordagem sociológica, a qual interpreta o desenvolvimento como um processo de promoção humana, representada, no caso, pela qualidade de vida, sendo esta entendida no modelo utilizado como o bem-estar familiar, que por sua vez está condicionado ao acesso do agricultor aos fatores econômicos de produção, às condições sociais nas quais o agricultor está inserido e ao seu condicionamento psicológico para produzir.

FERREIRA (13) entende por qualidade de vida todo o bem-estar produzido por elementos sociais, econômicos, culturais, políticos, religiosos e ambientais, que configuram não apenas as dimensões do ter e do possuir, mas, também, do ser, do viver em condições de produzir, de gerir e de usufruir dos bens e serviços necessários e disponíveis na sociedade.

GUERRERO & ACOSTA-HOYOS (19) entendem a qualidade de vida do homem rural como o conjunto de aspectos básicos de sobrevivência e bem-estar dos produtores e suas famílias. Nesse sentido, levando em consideração as abordagens realizadas pelos referidos autores, admite-se que a qualidade de vida no meio rural é a própria expressão do bem-estar rural, de acordo com os estágios em que se apresentam seus indicadores em função da população a ser considerada.

De acordo com a FAO (28), promover o bem-estar rural é uma árdua tarefa, porque não depende somente de um fator, mesmo que este se apresente como resultante de muitos elementos. Po

rêm, essa organização admite que, felizmente, existe um acordo quase unânime sobre a importância de muitos elementos da vida rural: o melhoramento das condições sanitárias, da alimentação, da luta contra o analfabetismo, o desenvolvimento dos meios de comunicação, o melhoramento da produção e o aumento dos bens de consumo. Utilizados convenientemente esses elementos permitem comparar certos aspectos do bem-estar, em diversos países, ou em regiões dos mesmos, em diferentes épocas.

GUERRERO & ACOSTA-HOYOS (19), ao desenvolverem uma nova opção teórica e metodológica visando facilitar e simplificar o estudo da qualidade de vida, relacionam esta com as opções econômicas e com o tipo de necessidades familiares e pessoais dos indivíduos, uma vez que a qualidade de vida nos estratos afluentes da sociedade terá características e componentes diferentes da qualidade de vida dos setores mais pobres. *de um função da classe social.* Neste aspecto, os referidos autores citam o fato de que os componentes básicos do dia-a-dia, tais como alimentação, habitação e acesso aos serviços de saúde, revestem-se de um caráter condicionante para a sobrevivência biológica da família nos estratos mais pobres da sociedade. Nos estratos mais ricos, esses componentes apresentam-se como pressupostos evidentes do elevado estilo de vida familiar. Desta maneira, vale ressaltar que a construção de uma medida de qualidade de vida estará, portanto, condicionada ao tipo de população a ser estudada. Ainda segundo ACOSTA-HOYOS & GUERRERO (01), para que os estudos de qualidade de vida sejam representativos de todos as regiões do mundo e de todos os estratos da sociedade deverão dar

ênfase àqueles indicadores que refletem as necessidades absolutas. Estas necessidades, como alimentação, habitação, higiene, lazer, vestuário, saúde, educação, condições ambientais e outras, afetam as condições de vida da maior parte das populações da terra radicadas nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos , as quais constituem duas terças partes dos habitantes do planeta.

No Brasil, tem-se conhecimento de que uma série de pesquisas sobre qualidade de vida no meio rural tem sido desenvolvidas na Universidade Federal de Viçosa, utilizando o pressuposto teórico de que os indicadores da qualidade de vida do meio rural brasileiro devam ser determinados pelas condições de vida rela-cionadas com a sobrevivência biológica dessas populações e pelos fatores que fazem possível essa sobrevivência.

Outros trabalhos foram desenvolvidos nesse campo aproveitando as experiências metodológicas da UFV, a exemplo de VIA-NA et alii (36) que trabalharam com alguns indicadores específicos no Estado de Alagoas. GUERRERO & ACOSTA-HOYOS (19) formularam uma metodologia mais simples, que permite comparar entre si os indicadores de qualidade de vida, bem como estabelecer perfis de qualidade de vida entre uma população rural e entre os estratos de uma mesma população.

Recentemente, GUERRERO (17) , que vem há anos desenvolvendo estudo de qualidade de vida no meio rural em diferentes regiões do país, aperfeiçoou os métodos de operacionalização utilizados anteriormente, discriminando-os em indicadores condicionando

tes e indicadores inerentes. Os indicadores condicionantes são aqueles que nas situações específicas de pobreza e isolamento, tanto geográfico como psicológico, regulam o acesso dessas populações a um nível melhor da qualidade de vida. Assim considerados são a educação e a integração civil. Os indicadores inerentes são aqueles que, de acordo com a hierarquia das necessidades humanas, determinam os parâmetros de qualidade de vida propriamente dita. Alguns desses indicadores são: posse de bens domésticos, acesso à previdência social, padrão habitacional, padrão de higiene, tempo para lazer, adequação calórica e adequação proteínica.

O referencial teórico da qualidade de vida proposto por GUERRERO (17) é fundamentado na teoria da percepção das necessidades humanas, que apresenta duas vertentes: a econômica e a social. Nesse aspecto o autor conduz a discussão com base nos fundamentos apresentados por Keynes e Maslow.

Com relação a primeira vertente, a econômica, KEYNES (21) disse que as necessidades humanas podem ser agrupadas em duas classes: as necessidades absolutas, que dizem respeito ao desafio que todo indivíduo deve aceitar pela sua subsistência: alimentação, moradia, saúde e segurança no trabalho. As outras, as necessidades relativas, que serão insaciáveis quanto mais alto for o nível econômico dos indivíduos e surgiram da abundância econômica da nova revolução pós-industrial. Lazer, arte, conforto, au

topromoção e satisfação pessoal formam o núcleo das necessidades humanas relativas. A segunda vertente, a sociológica, foi sistematizada por MASLOW (23), utilizando resultados de estudos empíricos já realizados, introduzindo o conceito de hierarquia (Figura 1) entre as necessidades humanas não-materiais (relativas de acordo com Keynes) e materiais (absolutas para Keynes).



FIGURA 1 - Hierarquia da percepção das necessidades humanas, segundo MASLOW (23)

Para efeito do presente estudo, a análise da qualidade de vida será realizada em função das opções econômicas e das necessidades familiares dos produtores rurais presentes no processo de ocupação de Rondônia. A variável qualidade de vida é re-

presentada por um índice ponderado da qualidade de vida - IPQV , formado por seis componentes: acesso a previdência social, posse de bens básicos, adequação proteínica, adequação calórica, padrão habitacional e padrão de higiene.

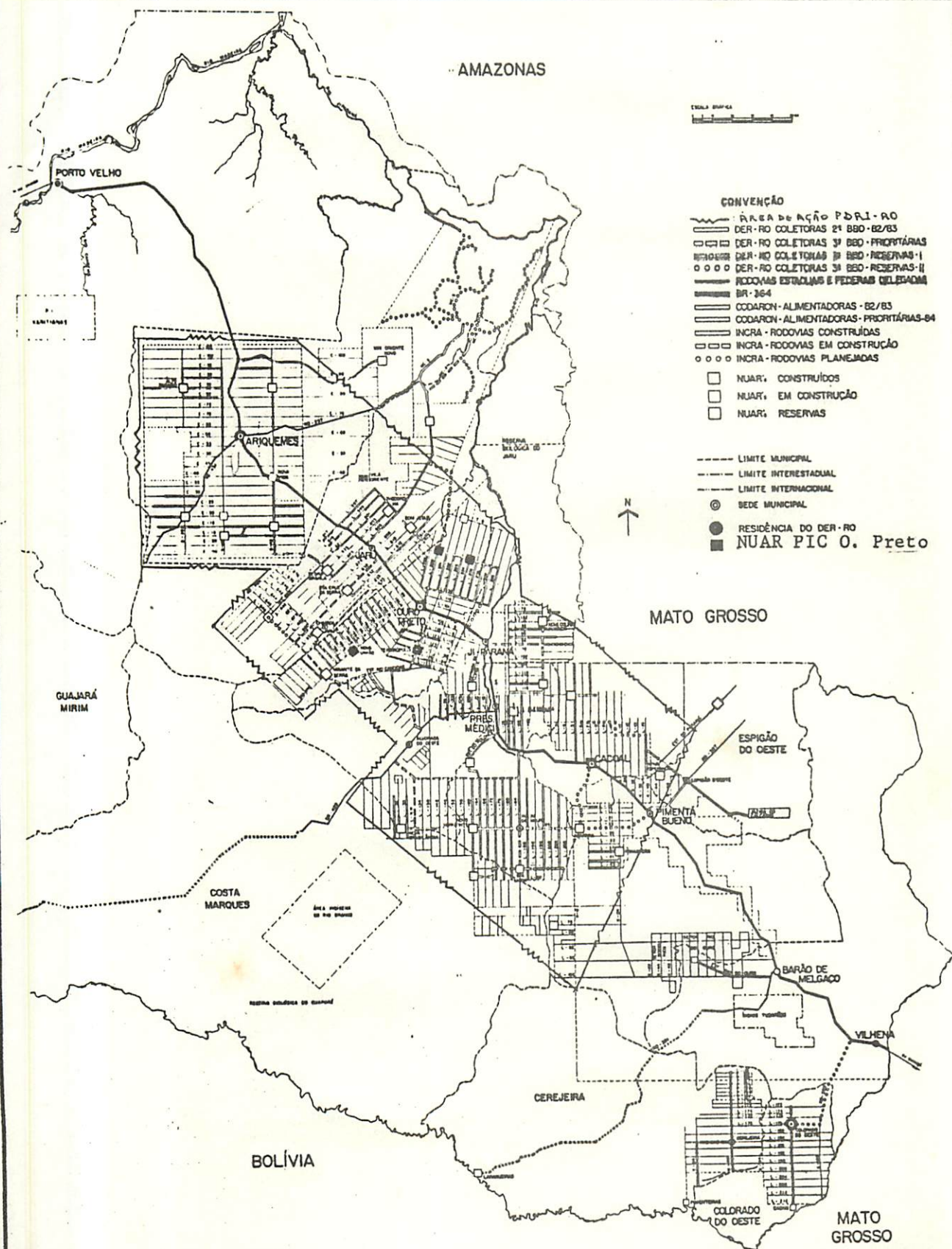
A discussão exposta no presente capítulo, relativa aos aspectos conceituais do desenvolvimento rural e da qualidade de vida, fornece-nos o embasamento teórico condizente com os objetivos propostos nesse estudo. Portanto, a linha de conduta adotada no presente trabalho está voltada para uma concepção humanista. Foram enfocados, também, aspectos relativos ao exercício avaliativo dos projetos de desenvolvimento rural, destacando-se a utilização dos indicadores da qualidade de vida como instrumental a valiativo, através da identificação dos IPQVs e da associação dos mesmos com as variáveis sócio-econômicas consideradas relevantes para a promoção humana do produtor rural na região.

3. METODOLOGIA

3.1. Seleção e Caracterização da Área

3.1.1. Seleção da Área

A área de ação do Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI-RO) perfaz um trecho de 300 km ao longo da BR-364, entre os municípios de Ariquemes e Cacoal (Figura 2). Na impossibilidade de abranger, no presente estudo, toda área em questão, em razão dos custos que seriam elevados e da disponibilidade de tempo para realização da pesquisa, optamos por sua realização junto ao Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto. Justifica-se esta escolha pela sua representatividade econômica, social e ecológica no contexto da área cujo processo de ocupação em Rondônia foi mais intensivo. Além de ter sido o primeiro projeto de colonização oficial implantado, o PIC Ouro Preto foi considerado pelo próprio órgão promotor da colonização no país, o INCRA, como o projeto de maior êxito da região amazônica, sendo, também, um dos primeiros a ser beneficiado pela ação do PDRI-RO. Desta forma, acredita-se que seja o local mais apropriado para se pro-



PROGRAMA POLONOROESTE

Malha Rodoviária em Rondônia

FIGURA 2 - Área de ação do PDRI-RO

ceder a um estudo sobre a qualidade de vida do produtor rural em Rondônia.

3.1.2. Caracterização da Área

Situado ao longo da rodovia BR-364, Porto Velho-Cuiabá, entre os quilômetros 250 e 368, o PIC Ouro Preto (Figura 3) foi criado em junho de 1970, com a previsão inicial de instalar 500 famílias numa área de 218.000 ha, MODESTO (25).

No entanto, a partir de 1973, este projeto passou a receber largos contingentes populacionais atraídos pela existência de terras férteis e pela infra-estrutura recém implantada pelo INCRA, com isso tendo que ampliar sua área e capacidade de absorção. Atualmente, segundo a CEPA-RO (09), o PIC Ouro Preto conta com um contingente assentado de 5.162 famílias, em área de 516620 ha organizada da seguinte forma: 4.998 lotes de 100 ha e 164 lotes com área mais ou menos de 200 ha. Representa esta área cerca de 85% da área total do Município de Ouro Preto D'Oeste, criado em junho de 1981.

De um modo geral, o PIC Ouro Preto apresenta solos de boa fertilidade, onde ocorrem as classes de solos podzólico vermelho-escuro, podzólico vermelho-amarelo, latossolo roxo e terra roxa estruturada, com topografia plana em sua maior parte e trechos com ondulações de até 15% de aclive que não chegam a alcançar a 10% da área. A região apresenta clima tropical úmido, com

temperatura média das máximas em torno de 32°C. A precipitação pluviométrica está ao redor de 2.000 mm por ano e a altitude com variações de 100 a 200m. REIS (31). Suas potencialidades econômicas são muitas, logicamente, como consequência do modelo de ocupação implantado, a atividade agrícola se despontou como esteio da economia local e as expectativas de desenvolvimento baseiam-se na premissa da alta rentabilidade da pequena propriedade rural. Suas principais explorações como lavouras são: a) de cultivo anual: arroz, feijão, milho, amendoim e mandioca; b) de cultivo permanente ou perene: café, cacau, guaraná, seringueira e fruticultura. Como atividade de pecuária enquadram-se a bovinocultura de corte e leite, suinocultura, a avicultura de postura e corte. Como extrativismo: extração de madeiras, coleta do latex e castanha do Brasil, PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO D'OESTE (30).

A infra-estrutura existente no projeto foi fortalecida pela implantação das metas, propostas na fase I do POLONOROESTE, destinadas à consolidação do projeto. Nestas inclui-se a construção de quatro núcleos urbanos de apoio rural, contando cada um com os seguintes equipamentos básicos: centro técnico administrativo, posto de saúde 2 e posto de saúde 1, escola de 1º grau e escolas multigraduadas, residências de técnicos permanentes e em trânsito e armazéns metálicos. No caso, este último equipamento consta somente no NUAR Nova União. Além da instalação de rede elétrica e hidráulica na área urbana, foram construídas e recuperadas estradas vicinais para melhor escoamento da produção.

Na sede administrativa do projeto está disposta toda uma infra-estrutura de apoio à produção; armazéns (CIBRAZEM e cooperativa), unidade de beneficiamento de cacau, as unidades operacionais da SEAGRI, EMATER, CEPLAC, INPA, SUDHEVEA e UEPAE-RO, cooperativa e um centro de apoio do governo estadual. Convém salientar que a área urbana que surgiu agregada à referida estrutura administrativa deu origem a sede do atual Município de Ouro Preto D'Oeste.

3.2. População e Amostra

A população estudada está localizada na área de abrangência do PIC Ouro Preto, situada nas circunvizinhanças da antiga sede do projeto e nas microrregiões formadas pelos NUARs, Nova União, Teixeirópolis, Vale do Paraíso e Rondominas. É constituída de produtores rurais assentados normalmente em lotes de 100 hectares e residentes na área de exploração, que produzem para o autoconsumo e para o mercado, utilizam-se de técnicas de cultivo semi-artesanal, são migrantes com diferentes características culturais, produtivas, tecnológicas e sociais. Foram excluídos da referida pesquisa os parceiros e assalariados vinculados a essas propriedades.

Para a realização do presente estudo foi sorteada uma amostra aleatória simples de, aproximadamente, 2,5% da população, perfazendo um total de 133 produtores, sendo o erro de amostragem de 7,19%, com um grau de confiança de 95%, baseada na

área do lote, seguindo o método descrito em COCHRAN (08).

3.3. Coleta de Dados

Os dados utilizados neste trabalho foram obtidos através da aplicação de questionários previamente preparados e testados. Foram obtidas informações relativas à estrutura familiar, às condições de habitação, utilização de serviços médicos e assistenciais, consumo alimentar, posse de bens domésticos considerados básicos à família, renda bruta obtida pelo proprietário e sua família na propriedade, além de outras informações sócio-econômicas.

Os dados foram levantados nos meses de setembro e outubro de 1986, referentes ao ano agrícola 1985/86, por nove técnicos da EMATER-RO, sendo um da unidade local de Ouro Preto D'Oeste e os demais das subunidades situadas nos NUARS, dois em cada núcleo. Os referidos entrevistadores participaram, inicialmente, de um treinamento, visando obter maior controle de qualidade dos dados coletados.

Foram utilizados, também, no estudo, dados secundários fornecidos pela própria EMATER, INCRA, CEPA e SEAGRI-RO, além de informações advindas da própria experiência do autor na região e de observações de campo realizadas por ocasião da pesquisa.

3.4. Definição e Operacionalização das variáveis

A definição de uma variável é entendida como a descrição de seus componentes e a sua operacionalização a forma como essa variável é medida para facilitar sua análise posterior. As variáveis utilizadas no presente estudo, identificadas como variável dependente e variáveis independentes, serão descritas separadamente para uma melhor compreensão dos critérios adotados.

3.4.1. Variável Dependente

Esta variável, qualidade de vida, no estudo em questão é representada por um índice ponderado de qualidade de vida - IPQV, composto de seis componentes:

Acesso à Previdência Social;

Adequação Calórica;

Adequação Proteínica

Posse de Bens Básicos;

Padrão Habitacional

Padrão de Higiene

Como se está trabalhando com componentes que estão quantificados de acordo com diferentes medidas e critérios, faz-se necessário, portanto, a sua padronização. Para tal, foi criado um parâmetro referencial igual a 100, equivalente aos valores máximos de cada indicador, conforme sugerido por GUERRERO (17).

$$\text{ÍNDICE DO INDICADOR} = \frac{\Sigma \text{ de pontos} \times 100}{\text{Nº máximo de pontos possíveis}}$$

Desta maneira, estabelece-se que o valor máximo de cada componente será concebido como o limite mínimo aceitável de qualidade de vida da família rural (QUADRO 1).

QUADRO 1 - Componentes de qualidade de vida: unidade de medida, Valor máximo e valor padronizado.

Componentes	Unidade	Valor Máximo	Valor Padronizado
Acesso à Previdência	serviços	12 equiv.	100
Adequação Calórica	kcal	1 equiv.	100
Adequação Proteínica	gramas	1 equiv.	100
Posse de Bens Básicos	itens domésticos	14 equiv.	100
Padrão habitacional	partes da casa	25 equiv.	100
Padrão de higiene	itens de higiene	15 equiv.	100

FONTE: Dados da pesquisa

- Acesso à Previdência Social - Incorpora todas as alternativas de benefícios da Previdência Social possíveis de serem usados pelo produtor rural e sua família. Os benefícios que servem como referência para medir este componente são: vacinação das crianças, assistência médica, assistência odontológica, aposentadoria, auxílio medicamentos, auxílio funeral, auxílio nata-

lidade, auxílio acidente, auxílio doença, merenda escolar, leite para crianças e assistência ambulatorial ou hospitalar. (APENDICE A). A operacionalização desse item foi realizada pela soma dos benefícios que foram usufruídos pelo produtor e sua família.

- Índice de Consumo Calórico e Índice de Consumo Proteínico - Correspondem, respectivamente, ao consumo diário do agricultor e sua família, em termos de caloria e proteína. Foi levada em consideração para determinação do estado nutricional da família a adequação nutricional, isto é, o consumo em calorias e proteínas. (APÊNDICE B). Para o cálculo da taxa de calorias e proteínas procedeu-se da seguinte maneira: a) com base na lista de alimentos ingeridos pela família nos últimos sete dias completos anteriores à entrevista, calculou-se a quantidade real de calorias e proteínas consumidas nesse período a partir da "Tabela de Valor Nutritivo dos Alimentos" publicada por FLORES et alii (14). De posse do consumo semanal de calorias e proteínas da unidade familiar obteve-se o consumo médio real desses componentes nutricionais. b) A seguir, foi determinado o consumo ideal de calorias e proteínas de cada família entrevistada, segundo CRAWFORD (11) tendo em consideração o peso, o sexo e a idade de cada um de seus membros. c) A adequação calórica e a adequação proteínica foram encontradas pela razão entre o número real de calorias e proteínas consumidas e o consumo ideal de calorias e proteínas recomendadas.

- Índice de Posse de Bens Básicos - Trata-se do número

de utensílios de natureza doméstica considerados básicos para as famílias rurais. Convém esclarecer que constam nos itens possuídos pelos agricultores, mobílias e utensílios de cozinha essenciais às necessidades domésticas mais elementares para a região cuja iluminação ainda é a base de lampiões ou lâmpadas de querosene e acetileno. Do ponto de vista metodológico, a seleção dos itens considerados é perfeitamente explicado, VIANA et alii(36) argumentam que "a qualidade de vida não se apresenta como uma medida igual para todas as situações sócio-econômicas do meio rural: alguns componentes são ressaltados em determinadas situações e outros componentes em outras".

Considerou-se um total de 14 itens (mesa, cadeira, fogão, pratos, talheres, copos, panelas, filtro de água, camas, móveis de sala, rádio, iluminação elétrica, guarda-roupas e máquina de moer). O referido índice foi operacionalizado através do somatório dos itens possuídos pelo produtor no dia da entrevista. (APÊNDICE C).

- Índice das Condições Habitacionais - Expressa a condição das diversas partes da moradia atual do produtor rural no PIC Ouro Preto; piso, paredes, telhado, portas e janelas, assim como o tipo de material usado na construção, avaliados através de referências que vão de 1 a 5, podendo chegar a um somatório máximo de 25 pontos. (APÊNDICE D).

- Índice das Condições de Higiene - Refere-se aos diversos aspectos da moradia relacionados com a higiene e meio-am-

biente, que atendem as necessidades de primeiro grau do produtor rural e sua família. Três itens fizeram parte da avaliação global: destino dos dejetos humanos, destino do lixo e uso da água, sendo que cada item foi submetido a uma apreciação de cinco referências que vão do pior ao melhor sistema, podendo chegar a um somatório máximo de 15 pontos . (APÊNDICE E).

3.4.2. Variáveis Independentes

As variáveis independentes foram selecionadas em função dos seguintes pressupostos: o primeiro, relacionado com o processo produtivo em si, a posse da terra, a mão-de-obra necessária ao trabalho e a assistência técnica. O segundo, citado por GUERRERO (17) como indicadores inerentes que condicionam o acesso da população a um nível melhor de qualidade de vida, isto é, a educação e a documentação que todo produtor deve possuir para ter acesso aos benefícios e aos serviços obtidos através dos processos burocráticos ordinários. Quanto a renda, trata-se de uma variável que deva ser considerada como mais uma opção analítica que, juntamente com as demais variáveis, influencia a qualidade de vida dos produtores e suas famílias.

Portanto, as variáveis independentes consideradas neste estudo foram as seguintes: tamanho da propriedade, tamanho da família, número de residentes, renda bruta anual, assistência técnica, trabalho familiar, mão-de-obra assalariada, integração civil e educação familiar.

- Tamanho da Propriedade - A área dos lotes destinados ao assentamento de colonos no projeto de colonização em estudo foi de tamanho idêntico uma vez que o módulo utilizado nos PICs foi de 100 ha. No entanto, com a intensificação do processo de ocupação em Rondônia, já se tem conhecimento da existência de desmembramento de lotes e reconcentração de áreas. Foi medido em número de hectares que correspondem a área do lote que o produtor indicou possuir na época da pesquisa. (APÊNDICE F).

- Tamanho da Família - Consiste na identificação dos membros da família, pais e filhos, não importando se residentes ou não sob o mesmo teto. Foi operacionalizada pelo número de componentes da família. APÊNDICE G).

- Número de Residentes - Consiste na identificação das pessoas que residem sob o mesmo teto, isto é, os pais, filhos e parentes. Foi operacionalizada pelo número de pessoas que residem sob o mesmo teto. (APÊNDICE G).

- Renda Bruta Anual - Refere-se a renda auferida com a venda de produtos produzidos no lote através da exploração agrícola, extrativismo, pecuária, subprodutos e manufaturados. Esta variável foi operacionalizada através do somatório dos ganhos adquiridos com a venda da produção agrícola, extrativista, da pecuária, de subprodutos e manufaturados, referentes ao ano agrícola de 1985/86. (APÊNDICE H, I, J, L).

- Assistência Técnica - Refere-se a assistência técnica

ca recebida pelo produtor rural através de órgãos de extensão rural (EMATER, CEPLAC). (APÊNDICE M). Consiste na presença do técnico junto ao produtor rural, no sentido de levar conhecimentos teóricos e práticos necessários à melhoria da exploração do lote. Para a mensuração desta variável foi atribuído o escore 0 para o produtor não assistido e 1 para o produtor assistido.

- Trabalho Familiar - Refere-se mão-de-obra familiar efetiva na propriedade, composto pelos pais, filhos e parentes. (APÊNDICE G). Sua mensuração foi feita levando-se em consideração o sexo e idade, de acordo com a tabela utilizada pela EMBRATER (12). O somatório de todos os dias trabalhados no ano em equivalente-homem corresponde ao total de dias-homem de trabalho familiar realizado durante o ano.

- Mão-de-obra Assalariada - Refere-se ao total de dias-homem de trabalho realizado durante o ano através de pessoas que recebem remuneração para tal, levando em consideração o sexo e idade, de acordo com a tabela utilizada pela EMBRATER (12). Sua operacionalização foi idêntica a realizada para a variável trabalho familiar. (APÊNDICE N).

- Índice de Integração Civil - Refere-se posse ou não de determinados documentos básicos - certidão de nascimento, certidão de casamento e certidão de nascimento dos filhos, carteira de identidade, carteira de FUNRURAL e carteira do IAPAS, título de eleitor, CPF, título de propriedade e conta bancária - que todo produtor rural deve possuir para ter acesso aos benefí-

cios e aos serviços obtidos através dos processos burocráticos ordinários. (APÊNDICE O). Por se tratar de um número índice, sua operacionalização foi feita pelo somatório dos documentos que o produtor rural informou possuir na época da entrevista, dividido pelo número total de documentos básicos. Assim sendo:

$$\text{Índice de Integração cível} = \frac{\sum \text{documentos do Produtor} \times 100}{\sum \text{de documentos básicos}}$$

- Educação Familiar - Foi considerada, para o presente estudo, a média de anos de estudo do chefe da família, da esposa e filhos maiores de 15 anos, com base no pressuposto de que no processo decisório familiar, a esposa e filhos com melhor educação que o pai participam de fato nas decisões, tanto domésticas como produtivas, ACOSTA-HOYOS & GUERRERO (01). Sua determinação deu-se pelo somatório do número de anos de estudo do chefe da família, da esposa e filhos maiores de 15 anos, dividido pelo número total dessas pessoas (APÊNDICE G).

3.5. Tipos de Análises

Para atingir os objetivos propostos no presente estudo são utilizados quatro tipos de análises estatísticas para o manuseio e interpretação dos dados: a tabular, a de correlação, a fatorial e a análise linear de regressão múltipla. Estas análises e os critérios adotados para exame e interpretação dos resultados da pesquisa serão a seguir discriminados.

3.5.1. Análise Tabular

Através da presente análise, pretende-se mostrar a situação dos produtores rurais e suas famílias em relação as variáveis consideradas neste estudo. A discussão em torno das mesmas será fundamentada na distribuição da frequência dos produtores em categorias criadas a partir da média e do desvio padrão. Dessa forma a referida análise será utilizada para descrever o perfil dos produtos rurais, usando-se os componentes de qualidade de vida e as variáveis sócio-econômicas relevantes no presente estudo.

3.5.2. Análise de Correlação

Antes de se efetuar a análise fatorial, achou-se por bem lançar mão desse instrumento analítico para verificar a relação existente entre os componentes da qualidade de vida e as variáveis sócio-econômicas definidas para o modelo. Verifica-se, assim, o grau de relacionamento entre as referidas variáveis utilizando-se o Coeficiente de Correlação de Sperman (r_s), que assume valores correspondidos no intervalo $(-1, +1)$. Ao nível de significância estabelecido, quando $r_s = +1$ há concordância completa entre as classificações, quando $r_s = -1$ há completa discordância entre as classificações e para $r_s = 0$, não existe associação alguma entre as classificações, FONSECA (15).

3.5.3. Análise Fatorial

A análise fatorial foi utilizada neste estudo para determinar o comportamento coletivo dos componentes da variável dependente qualidade de vida, identificando-se os fatores básicos de cada grupo constituído por esses componentes, que são independentes entre si.

Para determinar esses fatores, que constituem os índices ponderados da qualidade de vida, foi usado o programa Statistical Package for Social Sciences (SPSS), especificamente a técnica PA-1, chamada "método dos componentes principais", com o objetivo de se chegar aos indicadores que representassem a soma ponderada dos atributos ligados à qualidade de vida.

Com a finalidade de maximizar a variação de cada fator, utilizou-se o método "VARIMAX" de rotação ortogonal e para facilitar a interpretação dos resultados foram estabelecidos os seguintes critérios básicos para obtenção dos índices de qualidade de vida:

- 1- Verificação da comunalidade correspondente a cada com
ponente utilizado, observando-se a sua participação.
- 2- Verificar as cargas mais altas e significativas dos com
ponentes utilizados nos fatores obtidos pela aná
lise fatorial.
- 3- Considerar relevante, em cada fator, com
ponentes com carga fatorial mais alta.

- 4- Incluir na análise somente fatores com "Eigenvalues" superior a 1.
- 5- Considerar como significativas, em cada fator, componentes com carga fatorial mínima de 0,40.

3.5.4. Análise de Regressão Linear Múltipla

O objetivo principal de análise de regressão é obter uma estimativa do valor de uma variável (a variável dependente), dado que se ja conhecido o valor de uma variável associada (a variável independente). A análise de regressão simples indica que a predição da variável dependente é feita com base em uma variável independente, enquanto a análise de regressão múltipla diz respeito à predição com base em duas ou mais variáveis independentes KAZMIER (20).

No presente estudo, pretende-se visualizar, através da regressão linear múltipla, uma melhor compreensão do comportamento da variável dependente (índice ponderado da qualidade de vida) em relação as variáveis independentes selecionadas. Tal relação está descrita de maneira simples por uma equação linear múltipla de acordo com KMENTA (22).

$$Y_i = \beta_1 + \beta_2 X_{i2} + \beta_3 X_{i3} + \dots + \beta_k X_{ik} + \epsilon_i$$

sendo:

Y_i = Índice de qualidade de vida (variável dependente)

X_{ik} = Variável independente

β_i = é o intercepto ou a constante de regressão

β_k = Coeficientes parciais de regressão ou declividade da regressão

ϵ = é uma perturbação estocática

A análise de regressão utilizada para tal procedimento é do tipo "Stepwise", análise de regressão por etapas, em que se adiciona em cada etapa da análise mais uma variável independente, recalculando-se a cada passo o termo constante, os coeficientes de regressão parcial e o erro de estimação. Serão utilizados o teste "F" e o teste "t" como critério estatístico para determinar as importâncias relativas das diversas variáveis independentes na equação de regressão, ao nível de significância estabelecido utilizando os graus de liberdade indicados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No presente capítulo, os resultados serão apresentados e discutidos de acordo com as análises estatísticas mencionadas no capítulo anterior.

4.1. Análise Tabular

De acordo com as variáveis selecionadas para o presente estudo, pretende-se, através desta análise, mostrar a situação dos produtores rurais da região pesquisada, delineando um perfil das condições de vida dos mesmos.

4.1.1. Análise tabular dos componentes da qualidade de vida

A qualidade de vida será analisada em termos de seus componentes, acesso à previdência social, adequação calórica, adequação proteínica, posse de bens básicos, padrão habitacional e padrão de higiene (QUADRO 2). Para análise do referido quadro, pretende-se fazer referências a cada componente separadamente,

QUADRO 2 - Distribuição Percentual da População nas Categorias Ajustadas dos Componentes de Qualidade de Vida do PIC-Ouro Preto. Rondônia, 1986.

Componentes	Categorias		
	Baixa (%)	Média (%)	Alta (%)
Acesso à Previdência	18,0	73,7	8,3
Adequação calórica	76,7	21,8	1,5
Adequação proteínica	82,0	13,5	4,5
Posse dos bens básicos	20,3	56,4	23,3
Padrão habitacional	15,8	67,7	16,5
Padrão de higiene	26,3	55,6	18,1

FONTE: Dados de pesquisa com uma amostra de 133 produtores.

classificando-o em categorias baixa, média e alta dispostas em frequências. Os ajustamentos destas categorias foram feitos tendo em conta a média e o desvio padrão dos valores de cada variável pesquisada.

a) Acesso à Previdência Social^{1/}

Com relação ao componente acesso à previdência social,

^{1/} De acordo com os critérios adotados, os produtores foram classificados nas seguintes categorias:

- a₁ - Categoria baixa, produtores que obtiveram até 7 pontos.
- a₂ - Categoria média, produtores que obtiveram acima de 7 até 35 pontos.
- a₃ - Categoria alta, produtores que obtiveram acima de 35 até 100 pontos.

de um modo geral, verifica-se que a maior freqüência está nas categorias baixa (até 7 pontos) e média (7 a 35 pontos), cujos percentuais representam, respectivamente, 18% e 73,7% perfazendo um total de 91,7% dos produtores pesquisados. Apenas 8,3% estão na categoria alta, isto é, acima de 35 pontos, que mesmo assim não representa qualquer proximidade do valor máximo deste componente (100 pontos). Portanto, é muito baixo o nível de assistência da previdência social na região, levando-se em conta principalmente o fato de se tratar de uma região de expansão de fronteira agrícola, inóspita e insalubre, que recebe anualmente milhares de migrantes, podendo-se considerar elevada a taxa de produtores (18%) que não tiveram acesso aos serviços da previdência social e muito baixa a taxa dos que deles se beneficiaram quase que totalmente (8,3%). Estas, informações mostram um quadro perturbador para uma região beneficiada por um PDRI e ainda por ser este componente considerado como prioritário na concepção e execução dos propósitos formulados no referido projeto de desenvolvimento rural.

b) Adequação Calórica^{2/}

No tocante a este componente, observa-se que houve uma maior freqüência na categoria baixa (até 0,99) que corresponde a

^{2/} Para a discussão deste componente os produtores foram classificados nas seguintes categorias:

- b₁ - Categoria baixa, produtores com adequação calórica até 0,99.
- b₂ - Categoria média, produtores com adequação calórica entre 1,00 a 1,3.
- b₃ - Categoria alta, produtores com adequação calórica acima de 1,3.

76,7% dos produtores pesquisados, apresentando os mesmos deficiências energéticas. Os demais produtores situados nas categorias média (1,0 a 1,3) e alta (acima de 1,3), correspondem, respectivamente, a 21,8% e 1,5%, que estão numa faixa de consumo acima dos padrões aceitos como indispensáveis; portanto, verifica-se que a maioria dos produtores rurais da região estão exercendo suas atividades com um consumo energético aquém de suas reais necessidades.

c) Adequação Proteínica^{3/}

No que se refere a este componente, da mesma maneira da adequação calórica houve uma maior concentração de produtores na categoria baixa (até 0,99), 82%, portanto, são considerados como de carência proteínica. Apenas 18% dos produtores pesquisados apresentam um consumo proteínico acima dos padrões aceitos como indispensáveis. Desta forma pode-se ressaltar que os produtores e seus familiares, na região, apresentam sensíveis deficiências em termos nutricionais, quando, respectivamente 77% e 82% dos citados produtores têm seu consumo de calorias e proteínas inferior ao limite mínimo aceitável da qualidade de vida. Se comparável aos percentuais identificados por ALVES (2) no agreste sergipano, cuja população rural situada na mesma faixa de con

^{3/} Os produtores neste componente foram classificados nas seguintes categorias:
c₁ - Categoria baixa, produtores com adequação proteínica até 0,99.
c₂ - Categoria média, produtores com adequação proteínica entre 1,00 a 1,3.
c₃ - Categoria alta, produtores com adequação proteínica acima de 1,3.

sumo dos respectivos componentes é de 78% e 40,2%, o padrão alimentar da população ora pesquisada está em condições inferiores. Trata-se, portanto, de uma situação agravante, uma vez que os efeitos da alimentação deficiente na saúde, na produtividade, no trabalho e na constituição orgânica da população são diretos e profundos. A que atribuir esta deficiência, parece-nos mais uma questão voltada para educação alimentar, uma vez que se está trabalhando com produtores rurais assentados normalmente em lotes de 100 hectares com solos considerados de boa qualidade e que produzem para o consumo e em parte para o mercado.

d) Posse dos Bens Básicos^{4/}

Com relação ao componente, posse dos bens básicos, houve uma maior concentração na categoria média (56 até 88 pontos), com 56,4% dos produtores pesquisados; assim sendo, observa-se que 79,7% dos citados produtores obtiveram acima de 55 pontos do conjunto de bens domésticos considerados básicos para as famílias rurais da região. Dessa forma, pode-se concluir que a maioria destes produtores não encontrarão maiores dificuldades para atingir o parâmetro de referência adotado para a região. Na categoria baixa, até 55 pontos, concentram-se 20,3% dos produtores com pouca disponibilidade de bens domésticos que foram considerados para o cálculo do limite mínimo aceitável e que, logicamente, es

^{4/} Os produtores foram classificados em categorias conforme se descrevem a seguir:

- d₁- Categoria baixa, produtores que obtiveram até 55 pontos.
- d₂- Categoria média, produtores que obtiveram de 56 até 88 pontos.
- d₃- Categoria alta, produtores que obtiveram de 89 até 100 pontos.

tão de certa forma longe de alcançar a totalidade destes bens.

e) Padrão Habitacional^{5/}

No que se refere ao componente padrão habitacional, de nota-se que 84,2% dos produtores rurais do PIC Ouro Preto atingiram, de acordo com as categorias utilizadas na classificação deste componente, acima de 57 pontos. Destes produtores 67,7% estão situados na categoria média (58 até 89 pontos): possuem moradias construídas com material regular, porém de acabamento pobre e com moderada ventilação. Apenas 16,5% estão situados na categoria alta (89 até 100 pontos), com moradia construída de material com melhor acabamento e boa ventilação, porém raramente utilizam energia elétrica, podendo-se considerar que possuem moradias relativamente adequadas às condições que definem o limite mínimo de padrão habitacional aceitável. Por outro lado, apenas 15,8% dos produtores pesquisados estão situados na categoria baixa (até 57 pontos) e que apresentam piores condições de moradia. De um modo geral, verifica-se que a moradia dos produtores do referido projeto não é tão ruim. Pode-se admitir que estas condições apresentadas são devidas a disponibilidade de madeira na região e à ação do INCRA por ocasião do assentamento do produtor,

^{5/} Para a discussão deste componente os produtores foram classificados nas seguintes categorias:

- e₁ - Categoria baixa, produtores que obtiveram até 57 pontos.
- e₂ - Categoria média, produtores que obtiveram de 58 até 89 pontos.
- e₃ - Categoria alta, produtores que obtiveram de 89 até 100 pontos.

beneficiando a madeira e orientando também na construção de casas. Quanto ao padrão de higiene, apesar dos produtores da região deixarem de utilizar determinadas práticas de higiene, as mesmas de todo não são desconhecidas dos mesmos e seus familiares.

f) Padrão de Higiene^{6/}

Quanto ao padrão de higiene, nota-se que houve uma maior concentração de produtores na categoria média (59 a 78 pontos), ou seja, 55,6%, enquanto que na categoria baixa (até 58 pontos) essa concentração foi de 26,3% e situados na categoria alta (79 a 100 pontos) estão apenas 18,1% do total amostrado. Esta situação revela que 82% dos produtores pesquisados atingiram no máximo até 78 pontos, isto é, ainda não estão próximos do limite mínimo desejável, significando que, de maneira geral, a maioria dos produtores da região deixa de utilizar determinadas práticas essenciais para um padrão mínimo de higiene.

4.1.2. Análise Tabular das Variáveis Sócio-econômicas

À exceção da variável assistência técnica, que para a sua mensuração foram atribuídos os escores 0 e 1, as demais vari

^{6/} Os produtores neste componente foram classificados nas seguintes categorias:

- f₁ - Categoria baixa, produtores que obtiveram até 58 pontos.
- f₂ - Categoria média, produtores que obtiveram de 59 a 78 pontos.
- f₃ - Categoria alta, produtores que obtiveram de 79 a 100 pontos.

áveis estão dispostas em frequências no Quadro 03. Da mesma maneira que na análise anterior, pretende-se fazer referência a ca da variável separadamente, classificando-as em categorias baixa, média baixa, média alta e alta, ajustadas de acordo com a média e o desvio padrão dos valores de cada variável em estudo.

a) Tamanho da Propriedade^{1/}

Analisando o Quadro 03 no tocante a esta variável, convém mencionar que os projetos oficiais de colonização implantados na década de 70, principalmente os projetos Integrados de Colonização (PIC), destinavam aos migrantes lotes de 100 ha. Na época em que foi realizada a coleta de dados para o presente estudo, de acordo com a amostra estabelecida, foi encontrada a seguinte caracterização fundiária: 21% dos produtores pesquisados exploravam áreas já diferenciadas do módulo estabelecido pelo INCRA, constatando-se, no entanto, um maior grau de desagregação dos lotes, isto é, desmembramento do mesmo em razão de venda ou por questão de espólio, do que um processo de reconcentração que constitui no aumento de área em razão da aquisição de outros lo-

^{1/} Os Produtores foram classificados de acordo com o tamanho da propriedade em quatro categorias:

- a₁ - Categoria baixa, produtor com lote até 50 ha.
- a₂ - Categoria média baixa, produtores acima de 50 ha até 90 ha.
- a₃ - Categoria média alta, produtores com lote acima de 90 ha até 118 ha, nesta faixa estão situados os lotes que efetivamente foram distribuídos pela INCRA, uma vez que o módulo para a região está em torno de 100 ha.
- a₄ - Categoria alta, produtores com lote acima de 118 ha até 500 ha.

QUADRO 03 - Distribuição Percentual da População nas Categorias Ajustadas das Variáveis Sócio-econômicas do PIC Ouro Preto. Rondônia, 1986.

Variáveis	Unidade	Média	Categorias			
			Baixa	Média Baixa	Média Alta	Alta
			(%)	(%)	(%)	(%)
Tamanho da Propriedade	ha	(105)	3,7	14,3	79	3,0
Tamanho da Família	Membros	(6,9)	20,3	33,1	20,3	26,3
Número de Residentes	Pessoas	(6,4)	10,5	48,1	22,6	18,8
Educação Familiar	Ano Escolar	(2,1)	12,8	66,9	17,3	3,0
Trabalho Familiar	Dias/homem	(1.201)	18,8	62,4	18,8	-
Integração Civil	Pontos	(70,4)	1,5	49,6	42,9	6,00
Renda Bruta	Cz\$	(159.357)	62,4	25,6	8,3	3,7
Mão-de-obra assalariada	Dias/homem	(72,1)	33,1	45,9	12,0	9,0

FONTE: Dados da pesquisa com uma amostra de 133 produtores.

tes por um mesmo produtor. No primeiro caso, 18% desses produtores estão em áreas inferiores ao módulo especificado, enquanto que, no segundo, somente 3% são proprietários que possuem áreas superiores ao mesmo.

Por outro lado, observa-se que apesar da ocorrência dos processos de desagregação e reconcentração de áreas, denota-se que 79% dos produtores pesquisados continuam com seus lotes apresentando áreas em torno de 100 ha, isto é, situados na categoria média alta (90 a 118 ha). No entanto, isto não significa que esses lotes sejam de proprietários assentados pelo INCRA, uma vez que na pesquisa realizada, 23% dos proprietários não foram assentados por aquela autarquia, significando que os referidos lotes foram transferidos a novos donos. Dessa forma é possível inferir que o processo de assentamento implantado em Rondônia está apresentando crescentes deformações, pois além da taxa de "turnover" apresentada verifica-se uma tendência a minifundiarização, uma vez que através da pesquisa foi identificada área desmembrada de até 10 ha. Por outro lado, registrou-se, também, no referido projeto a presença de propriedades com áreas superiores a 500 ha.

b) Tamanho da Família^{2/}

A variável tamanho da família tem sido considerada como um fator importante na exploração da propriedade rural, principalmente numa região de expansão de fronteira agrícola. Em condições normais, o chefe de família que tiver ao seu dispor maior número de filhos, como mão-de-obra efetiva, poderá apresentar vantagens comparativas em sua exploração. Mostra o Quadro 03 que houve maior concentração de produtores na categoria média baixa (de 6 a 7 membros), isto é, 33,1%, seguida da categoria alta (de 11 a 15 membros) com 26,3% e das categorias baixa (2 a 5 membros) e média alta (8 a 10 membros), ambas com 20,3% de frequência; portanto, verifica-se uma certa homogeneidade na distribuição apresentada, não significando, no entanto, que todos estejam residindo sob o mesmo teto.

c) Número de Residentes^{3/}

No tocante a esta variável, assim como na variável tamanho da família, observa-se, também, que a maior concentração

2/ Os produtores nesta variável, foram classificados nas seguintes categorias:

b₁- Categoria baixa, produtores cuja família é composta de 2 a 5 membros.

b₂- Categoria média baixa, produtores cuja família é formada de 6 a 7 membros.

b₃- Categoria média alta, situam-se os produtores cuja família possui de 8 a 10 membros.

b₄- Categoria alta, produtores com a família composta de 11 a 15 membros.

3/ De acordo com o número de pessoas que moram sob o mesmo teto, os produtores foram classificados nas seguintes categorias:

c₁- Categoria baixa, produtores em cujas residências moram de 1 a 3 pessoas.

c₂- Categoria média baixa, produtores com 4 a 7 pessoas morando em sua residência.

c₃- Categoria média alta, produtores com 8 a 9 pessoas morando em sua residência.

c₄- Categoria alta, produtores em cujas residências moram de 10 a 13 pessoas.

coube a categoria média baixa (4 a 7 pessoas) com 48,1% dos produtores, seguida das categorias média alta (8 a 9 pessoas), baixa (1 a 3 pessoas) e alta (10 a 13 pessoas) com os seguintes percentuais de frequência: 22,6%; 10,5 e 18,8%, respectivamente.

Constata-se que 70,6% dos produtores da região estão situados nas categorias média baixa e média alta, concentrando-se em torno da média 6,4; esta por estar situada na categoria média baixa torna-se bem representativa da mesma. De outra forma, relacionando-se esta variável com a variável anterior, tamanho da família, verifica-se que apenas 14,3% dos produtores pesquisados têm parentes morando com os mesmos, daí a razão da pouca diferença entre os dados apresentados por estas variáveis. Dessa maneira, verifica-se que o modelo predominante de família encontrado é do tipo nuclear, fato já constado por CAMARGO (06) em seu estudo sobre mudanças na sociedade rural que, tomando a moradia como ponto de referência, observou que o modelo amplamente predominante da família rural é o tipo nuclear, sendo a família extensa relativamente menos importante.

Em Rondônia esse fundamento é devido mais ao processo migratório, uma vez que, em sua maioria, os migrantes se deslocam para a região somente com o núcleo principal, isto é, pais e filhos, havendo assim uma quebra na estrutura familiar e muitas vezes no modelo patriarcal. Segundo a SEPLAN (32) o tamanho médio das famílias migrantes, por ocasião do seu ingresso em Rondônia durante o período de 1978/83, passou de cerca de 4 em 1978 para 2 em 1983. Portanto, estes resultados demonstram que a fa-

mília extensa está sendo suplantada pela do tipo nuclear, o que caracteriza a presença do capitalismo no campo.

d) Educação Familiar^{4/}

Com relação a esta variável, observa-se no Quadro 03 que houve uma maior concentração de produtores na categoria média baixa (1 a 3 anos), representando 66,9% do total pesquisado, com isso concentrando o nível educacional da população em estudo em torno da média, que foi de 2 anos de educação formal. Concentrados nas categorias baixa, média alta e alta, com os respectivos percentuais de 12,8%; 17,3% e 3,0%, estão os demais produtores, que correspondem respectivamente àqueles que não tiveram nenhum ano de educação formal e àqueles cuja educação formal varia de 4 a 7 anos. A julgar pelo que foi apresentado, nota-se que é baixo o nível educacional da população rural na região, principalmente se se comparável ao limite mínimo aceitável de instrução estabelecido por GUERRERO & ACOSTA HOYOS (19) ao estudarem a qualidade de vida da população rural no Rio Grande do Norte, que foi definido como de 8 anos de educação formal. Como se trata de um indicador condicionante, o baixo nível educacional da população estudada certamente tem-se constituído em uma limitação pa

^{4/} Nesta variável os produtores foram classificados nas seguintes categorias:

- d₁- Categoria baixa, quando a educação familiar não corresponde a nenhum ano de educação formal.
- d₂- Categoria média baixa, quando a educação familiar corresponde de 1 a 3 anos de educação formal.
- d₃- Categoria média alta, quando a educação familiar corresponde de 4 a 5 anos de educação formal.
- d₄- Categoria alta, quando a educação familiar corresponde de 6 a 7 anos de educação formal.

ra que o produtor rural e sua família conheça e eleja as opções mais convenientes para o melhoramento de sua qualidade de vida . Portanto, torna-se conveniente que maiores esforços devam ser concentrados na educação (formal e informal) para que a mesma possa melhor contribuir para a promoção individual e familiar do produtor rural na região estudada.

e) Trabalho Familiar^{5/}

Quanto a variável trabalho familiar, verifica-se que a maior freqüência está na categoria média baixa, em que 62,4% dos produtores e seus familiares trabalham no lote de 647 a 1.698 dias-homem por ano; em seguida estão as categorias baixa (120 a 646 dias-homem por ano) e média alta (1.699 a 2.752 dias-homem por ano), ambas com percentual de concentração correspondente a 18,8%, (Quadro 03). A média encontrada foi de 1.201 dias-homem por ano, considerando que um equivalente-homem trabalhe 300 dias por ano; isto corresponde, em média, a 4 equivalentes-homem de mão-de-obra familiar durante o ano. Por outro lado, foi constatado que, em média, o número de residentes está em torno de 7 pessoas, donde se pode inferir que, aproximadamente, 60% da estrutura familiar residente tem ocupação efetiva nas atividades desenvolvidas no lote; as demais, ou trabalham fora da propriedad

^{5/} A classificação dos produtores em categoria nesta variável foi estabelecida em função de dias-homem de trabalho familiar durante o ano.

e₁- Categoria baixa, quando o trabalho familiar corresponde de 120 a 646 dias-homem por ano.

e₂- Categoria média baixa, quando o trabalho familiar corresponde de 647 a 1.698 dias-homem por ano.

e₃- Categoria média alta, a realização do trabalho familiar durante o ano é de 1.699 a 2.752 dias-homem.

de ou são pessoas idosas e crianças que não participam do processo de exploração da área.

f) Integração Civil^{6/}

Da análise do Quadro 03 verifica-se que a categoria média baixa (41 até 70 pontos) é a que apresenta a maior concentração de produtores 49,6%, seguida da categoria média alta (71 até 80 pontos) com um percentual de frequência correspondente a 42,9% e incluídos nas demais categorias, baixa (até 40 pontos) e alta (de 81 a 99 pontos), estão apenas 7,5% dos produtores. De certa forma, verifica-se que a posse de documentos é relativamente alta, uma vez que 48,9% dos produtores pesquisados atingiram acima de 70 pontos na escala de integração civil, isto é, possuem quase que a totalidade da documentação necessária à integração dos mesmos na sociedade e no uso legal de seus direitos de cidadão.

Neste aspecto, foi possível observar através de outras pesquisas dessa natureza, a exemplo da realizada por GUERREIRO & ACOSTA-HOYOS (19), no Rio Grande do Norte, ou por ALVÊS (02) em Sergipe, que, em geral, a posse de documentos é relativamente al

^{6/} Nesta variável os produtores foram classificados de acordo com a posse de documentos, nas seguintes categorias:

- f₁- Categoria baixa, produtores com até 40 pontos na escala de integração civil.
- f₂- Categoria média baixa, produtores que atingiram de 41 até 70 pontos
- f₃- Categoria média alta, produtores que atingiram de 71 até 80 pontos.
- f₄- Categoria alta, produtores que atingiram de 81 até 99 pontos na escala de integração civil.

ta, o que deve servir como suporte para um programa de conscientização visando o homem a melhorar suas condições de vida, uma vez que esta variável, assim como a educação familiar, são indicadores condicionantes que regulam o acesso da população rural a um nível melhor de qualidade de vida.

g) Renda Bruta Anual^{7/}

No tocante a esta variável, observa-se que a maior concentração ocorreu na categoria baixa (até 120 salários mínimos), quando 62.4% dos produtores pesquisados foram incluídos nesta classificação, o que equivale a uma retribuição mensal de Cz\$8.040,00; isto para fazer face a cobertura de todos os custos operacionais da propriedade, além dos custos sociais com roupas, medicamentos e mantimentos não produzidos na mesma. No que se refere as categorias média baixa, média alta e alta (acima de 120 até 1.204 salários mínimos), apresentam respectivamente os seguintes percentuais: 25,6%; 8,3 e 3,7%, observando-se, desta forma, diferenças marcantes nas rendas obtidas com a produção agropecuária; para tanto basta verificar o elevado percentual de pro

7/ Os produtores foram classificados em função da sua renda bruta anual, comparável em termos do salário mínimo na época da pesquisa (Cz\$804,00) nas seguintes categorias:

- g₁- Categoria baixa, produtores cuja renda bruta foi no máximo de 120 salários mínimos.
- g₂- Categoria média baixa, produtores cuja renda bruta foi acima de 120 S.M. até 482 salários mínimos.
- g₃- Categoria média alta, produtores cuja renda bruta foi acima de 482 S.M. até 844 salários mínimos.
- g₄- Categoria alta, produtores cuja renda bruta foi acima de 844 S.M. até 1.204 salários mínimos.

dutores situados na categoria baixa, enquanto que apenas 36,9% estão inseridos nas demais categorias.

Por outro lado, observa-se que a renda bruta média anual foi de Cz\$159.357,00, que corresponde a 198 salários mínimos (a Cz\$804,00 em 10/86), não está inserida na faixa de maior frequência de produtores, ou seja, na categoria baixa, porque a mesma foi puxada para cima em função de elevadas rendas obtidas por poucos produtores. Isto se confirma ainda mais, quando se verifica através da presente análise que 46% dos produtores pesquisados têm uma renda bruta inferior a 60 salários mínimos anuais, isto é, menos de Cz\$4.020,00 mensais; dessa forma, podendo-se inferir que quase a metade da população estudada deve apresentar uma renda familiar abaixo da própria possibilidade de sobrevivência na região.

Um outro aspecto que deve ser considerado é o que diz respeito a distribuição da renda bruta obtida através das atividades exploradas, isto é, de acordo com a produção agrícola, com o extrativismo, com a exploração da pecuária e a venda de subprodutos e manufaturados, cujos percentuais são, respectivamente, 96%; 0,8%; 1,81% e 1,31%. Donde se verifica o peso da produção agrícola na composição da renda bruta anual, o que não se denota com a exploração da pecuária. Apesar do expressivo avanço da bovinocultura na região, a mesma ainda não se constitui uma fonte geradora de renda considerável se comparada a exploração de lavouras.

h) Mão-de-obra Assalariada^{8/}

Com relação a esta variável, observa-se que 33,1% dos produtores rurais da região não utilizam qualquer tipo de mão-de-obra assalariada, sendo mais provável que, além da mão-de-obra familiar, os mesmos façam uso do sistema mutirão e da troca de serviços para a execução de atividades mais intensivas no lote. A maior frequência foi constatada na categoria média baixa, quando 45,9% dos produtores utilizaram no máximo 73 dias-homem por ano de mão-de-obra assalariada, levando a supor que estes produtores se utilizam de assalariados somente em ocasiões de pique da cultura em exploração.

Os produtores situados nas categorias média alta (acima de 73 até 219 dias-homem por ano) e alta (acima de 219 a 438 dias-homem por ano), com os respectivos percentuais de 12,0% e 9,0%, representam menos de uma quarta parte do total pesquisado; conseqüentemente, constata-se que a maioria dos produtores rurais da área em estudo exploram seus lotes sem a participação da mão-de-obra assalariada ou a utilizam somente em atividades que

8/ Classificam-se os produtores de acordo com a utilização da mão-de-obra assalariada, nas seguintes categorias:

- h₁- Categoria baixa, produtores que não utilizaram mão-de-obra assalariada durante o ano.
- h₂- Categoria média baixa, produtores que utilizaram mão-de-obra assalariada até 73 dias-homem por ano.
- h₃- Categoria média alta, produtores que utilizaram mão-de-obra assalariada acima de 73 dias-homem até 219 dias-homem por ano.
- h₄- Categoria alta, produtores que utilizaram mão-de-obra assalariada acima de 219 dias-homem até 438 dias-homem por ano.

necessitam de esforços superiores aos da mão-de-obra familiar que normalmente trabalha na propriedade. De outra forma, a pesquisa identifica também que 31% da população amostral conta com a presença de agregados no lote, que aumenta, assim, a força de trabalho sem assalariados.

i) Assistência Técnica

Quanto a variável assistência técnica, foi observado que 63,9% dos produtores que participaram da pesquisa receberam assistência técnica dos órgãos de extensão rural, EMATER e CEPLAC, enquanto que 36,1% não receberam qualquer tipo de assistência técnica dos citados órgãos. Com base nas informações pretadas, a EMATER, que visa ao atendimento da propriedade como todo, presta assistência técnica a 57,1% dos produtores assistidos, enquanto que a CEPLAC, responsável pela implantação e assistência técnica da lavoura cacaueira, assistiu 9,8% desses produtores.

No que diz respeito aos produtores não assistidos, quando questionados sobre a ausência dessa atividade, de um modo geral foram obtidas as seguintes respostas dos entrevistados: porque acreditam ainda não terem precisado da referida assistência; porque nunca foram procurados pelos técnicos desses órgãos ou, ainda, pela dificuldade de acesso dos mesmos aos lotes.

4.2. Resultados da Análise de Correlação Parcial

Nesta parte, analisa-se o grau de associação dos compo

nentes da variável qualidade de vida com as variáveis sócio-econômicas selecionadas para o presente estudo a um nível de significância de até 5%. Em sua apresentação, adotou-se a seguinte seqüência: ¹⁹

1 - Análise da associação dos componentes de qualidade de vida com as variáveis sócio-econômicas;

2 - Análise da associação entre as variáveis sócio-econômicas.

Os coeficientes de correlação podem ser observados no Quadro 04.

4.2.1. Análise da Associação dos Componentes de Qualidade de Vida com as Variáveis Sócio-econômicas

Analizando o Quadro 04, os dados revelam a seguinte situação: observa-se que o componente de qualidade de vida "acesso à previdência social" apresenta correlação significativa e positiva com as variáveis tamanho da família e mão-de-obra assalariada, porém sendo muito fraco o seu grau de associação com estas variáveis. Constata-se ainda que este componente apresenta correlação significativa, porém no sentido negativo, com as variáveis trabalho familiar e renda bruta, assim como com os componentes adequação proteínica, posse de bens básicos e padrão habitacional. No que diz respeito à associação negativa deste componente com a variável trabalho familiar, a relação demonstra que quanto menor for o acesso aos serviços previdenciários mais agra

QUADRO 04 - MATRIZ DE CORRELAÇÃO (SPEARMAN CORRELATION COEFFICIENTS) População Rural do PIC Ouro Preto - Rondônia, 1986

	TAMANHO DA PROPR.	TAMANHO DA FAMÍLIA	RESID. EM CASA	EDUCAÇÃO FAMILIAR	TRABALHO FAMILIAR	INTEG. CIVIL	ASSIST. PREVID.	ADEQUAÇÃO CALÓRICA	ADEQUAÇÃO PROTEÍNIC	POSSE BENS BÁSICOS	REND BRUTA	MÃO DE OBRA ASSAL.	PADRÃO HABITA- CIONAL	PADRÃO DE HIGIENE
TAMANHO DA PROPRIEDADE	-	-0.02 (0.41)	-0.01 (0.03)	0.18 (0.02)	0.09 (0.14)	0.20 (0.01)	-0.12 (0.09)	0.12 (0.09)	0.22 (0.01)	0.29 (0.001)	0.20 (0.01)	0.05 (0.30)	0.14 (0.06)	-0.05 (0.28)
TAMANHO DE FAMÍLIA			0.82 (0.001)	0.26 (0.001)	0.47 (0.001)	0.14 (0.06)	0.15 (0.04)	-0.32 (0.001)	-0.25 (0.002)	0.02 (0.41)	0.10 (0.12)	0.08 (0.18)	-0.40 (0.31)	-0.05 (0.27)
RESIDENTES EM CASA				0.18 (0.02)	0.57 (0.001)	-0.03 (0.38)	0.12 (0.08)	-0.34 (0.001)	-0.32 (0.001)	-0.02 (0.42)	0.07 (0.22)	-0.21 (0.01)	-0.50 (0.28)	-0.05 (0.27)
EDUCAÇÃO FAMILIAR					0.18 (0.02)	0.02 (0.38)	0.003 (0.49)	0.003 (0.48)	0.05 (0.29)	0.23 (0.04)	0.19 (0.01)	0.13 (0.06)	0.18 (0.02)	0.08 (0.18)
TRABALHO FAMILIAR						0.07 (0.22)	-0.15 (0.04)	-0.25 (0.002)	-0.05 (0.27)	0.14 (0.05)	0.28 (0.001)	-0.25 (0.002)	0.13 (0.06)	0.03 (0.37)
INTEGRAÇÃO CIVIL							0.10 (0.13)	-0.02 (0.40)	0.07 (0.22)	0.39 (0.001)	0.23 (0.005)	0.06 (0.25)	0.30 (0.001)	0.09 (0.15)
ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA								-0.02 (0.42)	-0.16 (0.04)	-0.15 (0.04)	-0.21 (0.006)	0.15 (0.04)	-0.23 (0.004)	-0.05 (0.30)
ADEQUAÇÃO CALÓRICA									0.65 (0.001)	0.18 (0.02)	0.04 (0.33)	0.06 (0.25)	0.02 (0.42)	-0.13 (0.07)
ADEQUAÇÃO PROTEÍNIC										0.17 (0.03)	0.18 (0.02)	0.18 (0.04)	0.06 (0.25)	-0.14 (0.06)
POSSE BENS BÁSICOS											0.46 (0.001)	-0.17 (0.03)	0.55 (0.001)	0.18 (0.02)
REND BRUTA												0.07 (0.21)	0.42 (0.001)	0.10 (0.13)
MÃO DE OBRA ASSALARIADA													-0.09 (0.15)	0.02 (0.40)
PADRÃO HABITACIONAL														0.52 (0.001)
PADRÃO HIGIENE														-

- O número entre parêntese indica o nível de significância.

quanto mais próximo de 1 ou -1 mais forte a correlação.

vante torna-se-á a higidez da população pesquisada face a insalubridade da região, conseqüentemente, trazendo prejuízos para as atividades desenvolvidas pela família no lote. Quanto à associação inversa da previdência social com a renda bruta, parece-nos óbvio que, dada a precariedade dos serviços previdenciários na região, a disponibilidade de maiores recursos favorece, para que o produtor rural recorra aos serviços assistenciais em outros locais ou mesmo de particulares.

No que se refere ao grau de associação inversa do componente "assistência previdenciária" com os componentes adequação proteínica, padrão habitacional e posse de bens básicos, pode-se inferir que os produtores com deficiência alimentar proteínica e que vivem em condições ruins de moradia, está entendida como a estrutura da casa e os bens domésticos, são os que maior acesso devem ter aos serviços previdenciários. O que constitui um sério problema, uma vez que tais serviços no PIC Ouro Preto são precários, ao tempo que a maioria da população estudada apresenta carência alimentar proteínica e as condições de moradia não muito adequadas, conforme já foi identificado através da análise tabular, tornando-a mais susceptível de contrair doenças, ficando, assim, a referida população em situação totalmente desfavoráveis na região.

Quanto ao componente de qualidade de vida, "adequação calórica", observa-se que há uma correlação significativa e negativa com as variáveis tamanho da família, número de residentes e trabalho familiar. Dado o grau de associação inversa com as duas

primeiras variáveis, verifica-se, portanto, que, quanto maior a família ou mesmo o número de pessoas que residem sob o mesmo teto, menor o padrão alimentar na região. Com a última variável, isto é, o trabalho familiar, é provável que o aumento do esforço físico conseqüente de uma maior atividade familiar na exploração do lote, aumenta ainda mais a deficiência energética já constatada através da análise tabular, se não houver também um aumento no consumo de alimentos energéticos. Apresenta ainda este componente associações significativa e positiva com os componentes adequação proteínica e posse de bens básicos; com o primeiro apresenta um grau de associação relativamente forte, sugerindo o fato de que, a um dado incremento de alimentos energéticos para suprir as necessidades nutricionais da população em estudo, necessário se faz também incrementar, embora em menor proporção, o consumo de alimentos proteínicos para balancear a necessidade nutricional da referida população. O grau de associação desta adequação com a posse de bens básicos é fraco; no entanto, pode ocorrer que, ao melhorar o consumo energético do produtor pesquisado, o mesmo poderá motivar-se à aquisição de mais bens domésticos, uma vez que, para GUERRERO & ACOSTA HOYOS (19), a motivação de indivíduos mais bem alimentados reflete-se logo na vontade de ter um lar com melhores condições de vida.

No que concerne ao componente "adequação proteínica", o mesmo apresenta correlação significativa e positiva com as variáveis tamanho da propriedade, renda bruta e mão-de-obra assalariada, e, no sentido negativo, com as variáveis tamanho da famí-

lia e número de residentes. Com relação a associação negativa com estas variáveis, da mesma forma que na adequação calórica, significa que quanto maior o tamanho da família e consequentemente o número de residentes na mesma moradia, menor o padrão alimentar. Quanto às variáveis renda bruta e mão-de-obra assalariada, a primeira em si expressando disponibilidade para contratar assalariados, apesar de ser muito fraco o grau de associação das mesmas com o consumo proteínico, pode-se inferir que o produtor com melhor renda se orientado encontre mais facilidade em melhorar sua alimentação. Observa-se também que este componente, assim como na adequação calórica, apresenta correlação positiva com o componente posse de bens básicos, porém com um fraco grau de associação, no entanto, pode-se inferir que o produtor ao melhorar o seu consumo proteínico poderá motivar-se à aquisição de mais bens domésticos.

Com relação ao componente de qualidade de vida " posse de bens básicos", constata-se que o mesmo apesar de apresentar correlação significativa e positiva com as variáveis sócio-econômicas tamanho da propriedade, educação familiar, trabalho familiar e integração civil, tem com as mesmas um fraco grau de associação, o mesmo não ocorrendo com a variável renda bruta. A associação deste componente com as variáveis educação familiar e integração civil, tendo em vista serem as mesmas indicadores condicionantes que regulam o acesso da população rural a um nível melhor de qualidade de vida, poderá ser fortalecida se ocorrer uma melhoria no nível educacional da população estudada e provavelmente

te pode acontecer que a posse de documentos facilite a aquisição de bens básicos. De outra forma, verifica-se que este componente tem com a variável renda bruta um elo de associação mais ou menos relevante, o que de certa forma expressa que a renda bruta em parte possibilita o produtor rural aumentar ou mesmo melhorar os bens domésticos utilizados em sua moradia.

Observa-se também que o componente de qualidade de vida "posse de bens básicos" apresenta correlação positiva e significativa com os componentes padrão habitacional e padrão de higiene, que, segundo GUERRERO (17), são os três indicadores inerentes da qualidade de vida que juntamente com o indicador tempo de lazer, não incluído neste estudo, refletem a promoção familiar. Neste aspecto, verifica-se que o componente posse dos bens básicos tem um grau de associação relativamente forte com o padrão habitacional, nestas condições presume-se que quando surgem melhorias nos bens domésticos, pode haver também melhorias nas condições de moradia. Por outro lado, apesar da fraca associação com o padrão de higiene, se houver aumento na posse dos bens básicos poderá ocorrer também certa melhoria nas condições de higiene da população em estudo. Este componente apresenta também correlação significativa, porém no sentido inverso com a variável mão-de-obra assalariada, apesar do fraco grau de associação das mesmas pode ocorrer que a necessidade de contratar assalariados reduza a possibilidade de aquisição de bens domésticos.

No que diz respeito ao componente "padrão habitacional", observa-se que o mesmo apresenta correlação significativa e posi

4.2.2. Análise de Correlação entre as Variáveis Sócio-econômicas:

De acordo com os dados apresentados no Quadro 04, observa-se que a variável "tamanho da propriedade" apresenta correlação significativa e positiva com as variáveis educação familiar, integração civil e renda bruta; no entanto, seu elo de associação com as referidas variáveis ainda é fraco. Verifica-se, também, que o tamanho da propriedade apresenta associações significativas, mas com o sentido negativo, com a variável número de residentes.

VIANA et alii (36) mostram em seus estudos sobre qualidade de vida no Nordeste que o grande obstáculo ao pequeno produtor é, sem dúvida, a reduzida dimensão de sua propriedade, pois, normalmente, a família é grande e, conseqüentemente, grande disponibilidade de mão-de-obra familiar. A princípio, este obstáculo não deve ser considerado em Rondônia, que em face da ocupação recente, não houve ainda uma intensa fragmentação da propriedade, como ocorreu no Nordeste, no entanto, acreditamos que a mesma já deva ser objeto de preocupação.

Quanto a variável "tamanho da família", apresenta correlação significativa e positiva com as variáveis número de residentes, educação familiar e trabalho familiar, apresentando com a primeira um alto grau de associação, o que é óbvio, uma vez que, quanto maior os membros da família, isto é, pais e filhos que estão em convívio no lar, maior o número de residentes. No que diz

respeito a correlação desta variável com a educação familiar, seu grau de associação é fraco; portanto, o nível educacional da população estudada que, por sinal, de acordo com o que foi detectado, através da análise tabular, é baixo, pouco é influenciado pelo maior número de membros da família. O grau de associação do "tamanho de família" com a variável trabalho familiar é relativamente fraco; isto provavelmente está relacionado com os membros da família que não residem com os pais ou com aqueles que, apesar de o fazerem, ainda não participam da exploração do lote.

No que se refere a variável "número de residentes", a mesma está relacionada de forma significativa e positiva com as variáveis educação familiar e trabalho familiar, porém no sentido negativo com a variável mão-de-obra assalariada, no caso, significando que quanto maior o número de pessoas na moradia menor a necessidade de trabalhadores assalariados. O grau de associação desta variável com a educação familiar apresenta-se fraco; portanto, da mesma maneira que a variável tamanho da família, pouco influencia o maior número de pessoas residentes no mesmo lar no nível educacional da população rural. Já com a variável trabalho familiar seu grau de associação é relativamente forte, demonstrando que, quanto maior o número de residentes em casa, maior a disponibilidade de mão-de-obra familiar.

A variável "educação familiar", apesar de ter uma correlação positiva e significativa com as variáveis trabalho familiar e renda bruta, apresenta um fraco grau de associação com as mesmas. Desta forma, pode-se inferir que o nível educacional da po-

pulação pesquisada, apesar da tênue relação com as citadas variáveis poderá ser melhorado, uma vez que esta variável é um indicador que condiciona o acesso do produtor a um nível melhor de qualidade de vida, favorecendo ao produtor rural da região melhores condições de trabalho e uma conseqüente melhoria na sua renda.

Em face do grau de importância que deve representar a educação no contexto da melhoria das condições de vida de qualquer população, torna-se conveniente relacionar alguns aspectos que foram identificados por GUERRERO E ACOSTA HOYOS (19), ao estudarem a população rural do Rio Grande do Norte, com o que foi encontrado em Rondônia no PIC Ouro Preto. Os referidos autores identificaram uma correlação significativa da instrução com os hábitos alimentares, considerando a mesma positiva para promover a população rural, visto que por meio da instrução poder-se-ia iniciar a solução do problema nutricional, o mais grave e urgente da população rural do país. No caso de Rondônia, não se verifica esta correlação; por certo que isto se deve não porque a instrução deixe de ser importante para melhorar as condições nutricionais locais, mas tendo em vista que as mesmas não apresentaram relevância estatística dentro do nível de significância estabelecido, este fato pode evidenciar que a solução do problema nutricional deve ser atacado também por outros mecanismos, que em conjunto com a educação familiar melhore as condições nutricionais da população estudada.

Quanto a variável "trabalho familiar", verifica-se que

a mesma se correlaciona significativamente de forma positiva com a variável renda bruta e, no sentido negativo, com a variável mão-de-obra assalariada, apresentando com a primeira um grau de associação muito fraco refletindo que a mão-de-obra familiar em si não tem sido propulsora de uma renda bruta mais significativa. Já a correlação entre o trabalho familiar e a mão-de-obra assalariada é evidente que quanto maior a disponibilidade de mão-de-obra familiar, menor a necessidade de assalariados.

Com relação a variável "integração civil", caracterizada pela posse de documentos, associa-se positiva e significativamente com a variável renda bruta. Quanto à sua associação com a variável tamanho da propriedade e com os componentes da qualidade de vida, posse de bens básicos e padrão habitacional, já foi comentada antes. O grau de associação desta variável com a renda bruta é fraco; contudo, pode acontecer que a posse de documentos facilite aos produtores o acesso às operações de crédito e à aquisição, pelo Governo Federal, da sua produção, evitando a venda aos atravessadores a preços aviltados, obtendo, assim, melhor renda.

No que concerne as variáveis "renda bruta" e "mão-de-obra assalariada", o elo de associação que as mesmas apresentaram com as diversas variáveis e com os diversos componentes já foi mencionado anteriormente.

4.3. Análise Fatorial

4.3.1. Obtenção dos Índices de Qualidade de Vida

Os índices ponderados de qualidade de vida foram identificados através da análise fatorial levando-se em consideração os seguintes componentes:

- Acesso à Previdência Social
- Adequação Calórica
- Adequação Proteínica
- Posse de Bens Básicos
- Padrão Habitacional
- Padrão Higiênico

Dá-se a obtenção dos índices ponderados de qualidade de vida pela alta variação percentual de cada fator independente, não correlacionado entre si e significativo, levando-se em consideração também os seus eigenvalues. Para maximizar a variância de cada fator foi utilizado o método VARIMAX de rotação ortogonal.

De acordo com o Quadro 05, foram identificados dois fatores significantes para o presente estudo explicando 60% da variação total da qualidade de vida. Ao se efetuar o exame da comunalidade (h^2) de cada componente envolvido nos fatores comuns, verifica-se que apenas o componente acesso previdencia social apresentou um baixo valor explicativo.

O primeiro fator obteve uma percentagem de variação to-

tal de 31% e eigenvalue correspondente a 1,862; dos seis componentes considerados apenas dois mostraram cargas altas, a adequação calórica e a adequação proteínica. Denota-se que este fator evidencia a importância da alimentação na determinação da qualidade de vida dos produtores rurais pesquisados, sendo, por isso, denominado fator alimentar, explicando 31% da variação total da qualidade de vida.

QUADRO 05 - Matriz de Fatores (rotação pelo método VARIMAX) das Dimensões da Qualidade de Vida no PIC Ouro Preto - Rondônia, 1986.

Componentes	Fator 1	Fator 2	Comunalidade
Acesso à Previdência	- 0,053	- 0,365	0,136
Adequação Calórica	0,907*	0,034	0,824
Adequação Proteínica	0,925*	0,048	0,857
Posse de Bens Básicos	0,259	0,630*	0,463
Padrão Habitacional	- 0,021	0,869*	0,756
Padrão Higiênico	- 0,336	0,669*	0,521
Percentual de Variação	31	29	
Eigenvalue	1,862	1,735	

FONTE: Dados da pesquisa

* Variável significativa no fator

Em função da importância dos componentes alimentares na constituição deste fator, algumas informações importantes devem ser consideradas:

- a) através da literatura consultada, foi aludido que os componentes básicos do dia-a-dia, tais como alimentação, habitação e acesso aos serviços de saúde revestem-se de um caráter condicionante para a sobrevivência biológica da família nos estratos mais pobres da sociedade. Com base neste pressuposto e tendo em vista o fato de os componentes alimentares terem constituído o fator 1, pode-se inferir que a população rural do PIC Ouro Preto tem ainda a preocupação básica da sobrevivên - cia biológica.
- b) o peso atribuído a este fator, que explica mais ou menos a terça parte da variância, correspondente à qualidade de vida, mostra a importância da alimentação na qualidade de vida dos produtores rurais na região.
- c) no presente estudo mostra que a grande maioria dos produtores e suas famílias apresentam um consumo alimentar em termos de calorias e proteínas inferior ao limite mínimo aceitável da qualidade de vida. Ao considerar o tipo de população estudada, que são proprietários que produzem para o autoconsumo e em parte para o mercado, pode-se deduzir que a carência alimentar, em parte, seja conseqüência de um consumo inadequado, talvez mais um problema de educação alimentar.
- d) o outro aspecto a considerar quanto a carência alimentar, diz respeito a época em que foi realizada a coleta dos dados, ocorrida justamente por ocasião do plantio das diversas culturas, quando todos os recursos são canalizados para esta atividade. Verifica-se também que os cereais armazenados para a

alimentação, muitas vezes são vendidos visando conseguir recursos para tratamento de saúde ou mesmo para aquisição de outros alimentos, podendo ainda ocorrer o fato dos mesmos serem utilizados como sementes para o plantio, tudo isso, em detrimento de sua alimentação.

O segundo fator, cuja variação percentual foi de 29% e eigenvalue igual a 1,735, apresenta cargas positivas e altas em três dos seis componentes. Em ordem decrescente de carga são os seguintes: padrão habitacional, padrão de higiene e posse de bens básicos, refletindo os mesmos a coerência do comportamento familiar com relação aos três aspectos básicos da moradia, estrutura da casa, acomodação interna e limpeza. Portanto, o que se observa quanto a participação desses fatores na variação total da qualidade de vida é que apesar de estarem os produtores rurais da região ainda situados numa condição de sobrevivência biológica, nota-se que houve uma preocupação dos mesmos no que se refere as suas condições de moradia, tanto no que se relaciona aos aspectos de estrutura quanto aos de bem-estar e higiene, isto é, no que diz respeito as necessidades relacionadas com a segurança física.

Outro aspecto a que se deve fazer alusão é quanto a posição do componente acesso a previdência social na matriz de fatores, que, além de apresentar cargas baixas em ambos os fatores, ainda possui signos negativos. Para uma região insalubre, o não usufruto dos benefícios da previdência social, aliado a um baixo padrão alimentar, ameaça a própria sobrevivência do indivíduo, afetando sobremaneira a sua qualidade de vida.

4.3.2. Procedimentos para Determinação dos Componentes dos Índices Ponderados de Qualidade de Vida

Após a identificação dos fatores através da análise fatorial, foram determinados os componentes ponderados de qualidade de vida, usando os "factor scores" como peso de ponderação.

As variáveis do modelo são padronizadas para, juntamente com os pesos obtidos dos "factor scores", tornar o componente ponderado unidimensional, ACOSTA-HOYOS & GUERRERO (01).

A fórmula utilizada é a seguinte:

$$IPQV = \sum_{i=1}^n f_i z_i$$

em que:

IPQV - índice Ponderado de Qualidade de Vida obtido dos componentes padronizados

f_i - pesos (coeficientes) obtidos mediante os factor scores

$z_i = \frac{x_i - \bar{x}_i}{s}$ - Variável padronizada no modelo

Foram obtidos através deste procedimento os seguintes IPQVs, os quais, com base na teoria da análise fatorial, são independentes entre si. O primeiro IPQV tem como componente básico o fator alimentar e o segundo o fator doméstico, $IPQV_1$, que constituem em conjunto o índice ponderado de qualidade de vida total, $IPQV_t$.

4.4. Resultados da Análise de Regressão

Os resultados da análise de regressão serão discutidos levando-se em consideração as equações representativas da qualidade de vida dos produtores rurais do PIC Ouro Preto. Neste sentido, cada IPQV, como variável dependente, foi analisado em função das seguintes variáveis independentes: tamanho da propriedade (X_1), tamanho da família (X_2), número de residentes (X_3), educação familiar (X_4), trabalho familiar (X_5), integração civil (X_6), Renda bruta (X_7) e mão-de-obra assalariada (X_8). Foi incluída também na análise uma variável "DUMMY", a assistência técnica (At) aos produtores rurais.

4.4.1. Equação da Regressão Linear Simples do IPQV como Fator Alimentar

A equação resultante foi a seguinte:

$$\text{IPQV} = 1,57797 - 0,24744X_3$$

$$R^2 = 0,10953; \quad F = 16,11 \quad \text{e} \quad t = 3,98$$

Em que:

IPQV = Índice Ponderado de Qualidade de Vida

X_3 = variável número de residentes

Como se pode observar, esta equação foi submetida aos testes "F" e "t", nos quais mostrou-se significativa a 5%. Seu coeficiente de determinação parcial múltiplo R^2 foi de 0,1095, o

que implica dizer que apenas 10,95% da variação da variável qualidade de vida foi explicada pela variável número de residentes sob o mesmo teto, sendo relativamente baixo o seu poder de explicação. Por apresentar coeficiente com sinal negativo, a referida variável, assim como na análise de correlação múltipla em que sua relação com os componentes adequação calórica e adequação proteínica foi inversa, caracteriza o fato de que quanto maior o número de residentes pior o padrão alimentar.

As demais variáveis, ao mesmo nível de significância, ou seja de 5%, não influenciaram de forma significativa na qualidade de vida dos produtores que, no caso, tem como ênfase o fator alimentar.

4.4.2. Equação de Regressão Linear Múltipla do IPQV₁ como Fator Doméstico

Resultando a seguinte equação:

$$\text{IPQV}_1 = 1,01734 + 0,00325X_7 + 0,02773X_6 - 0,0042X_5 - 0,16197X_3 + 0,25516X_4 - 0,58498At$$

$$R^2 = 0,35917; \quad F = 11,76983 \quad e \quad t = 2,17270$$

Sendo:

IPQV₁ = índice ponderado de qualidade de vida

X₇ = variável renda bruta

X₆ = variável integração civil

X₅ = variável trabalho familiar

X_3 = variável número de residentes

X_4 = variável educação familiar

At = variável assistência técnica

A equação que determina a qualidade de vida neste contexto mostrou-se significativa a 5% quando foi submetida aos testes "F" e "t", seu coeficiente de determinação parcial múltipla R^2 foi de 0,35917, o que implica dizer que 35,9% da variação da variável qualidade de vida são devidas às variáveis renda bruta, integração civil, trabalho familiar, número de residentes, educação familiar e assistência técnica. Por este resultado, verifica-se que o índice ponderado de qualidade de vida que tem como ênfase o fator doméstico é explicado de forma direta pelas variáveis renda bruta, integração civil e educação familiar; esta, apesar de apresentar ainda um baixo valor explicativo, da mesma forma que na análise de correlação, nos induz a inferir que, se houver uma melhoria no nível educacional da população es estudo, o mesmo poderá contribuir para melhorar o padrão habitacional. Quanto às variáveis renda bruta e integração civil, é muito baixo o valor explicativo das mesmas, porém podendo influenciar nas condições de moradia, no que se refere aos aspectos de estrutura da casa, acomodação interna e limpeza.

Por outro lado, observa-se que o fator doméstico é explicado inversamente pelas variáveis mão-de-obra familiar, número de residentes e assistência técnica; contudo, nota-se que é muito baixo o poder explicativo das duas primeiras variáveis no $IPQV_1$, o que não ocorre com a variável assistência técnica, uma

vez que a mesma apresenta um razoável poder de explicação. No entanto, como atribuir aos produtores que recebem assistência técnica um menor padrão habitacional? Neste aspecto, justifica-se porque a EMATER-RO que tem suas ações voltadas também para o bem-estar social e assiste 57% dos produtores pesquisados, desenvolve com maior intensidade suas atividades junto aos produtores em piores condições de vida. Outro aspecto que se deve levar em consideração é que o referido órgão de assistência técnica que tradicionalmente vinha atuando na área de bem-estar social, em 1979 desativou-a e só recentemente voltou a executar novamente tais atividades, donde se conclui também que esta organização, ao conduzir suas atividades somente para o incremento da produção, o fez em detrimento da melhoria do bem-estar social, no caso, das condições de moradia.

4.4.3. Equação de Regressão Linear Múltipla do $IPQV_t$ Total

A equação resultante foi a seguinte:

$$IPQV_t = - 2,02261 + 0,00371X_7 - 0,36712X_3 + 0,04130X_6 + 0,36339X_4$$

$$R^2 = 0,29951; \quad F = 13,68219 \quad e \quad t = 2,20637$$

Em que:

$IPQV_t$ = índice ponderado de qualidade de vida

X_7 = variável renda bruta

X_3 = variável número de residentes

X_6 = variável integração civil

X_4 = variável educação familiar

A equação que explica a qualidade de vida dos produtores do PIC Ouro Preto, quando submetida ao teste de "F" e "t" foi significativa a nível de 5%; seu coeficiente de correlação múltipla R^2 foi de 0,29951, o que implica dizer que 29,95% da variação da variável qualidade de vida são explicadas pelas seguintes variáveis sócio-econômicas introduzidas no modelo: renda bruta, número de residentes, integração civil e educação familiar. As demais variáveis não influenciaram de forma significativa a qualidade de vida dos referidos produtores e suas famílias.

Observa-se pelos coeficientes apresentados nas referida equação, que as variáveis renda bruta e integração civil explicam muito pouco sua participação na variação da variável qualidade de vida, o mesmo não ocorrendo com as variáveis número de residentes e educação familiar, que apresentam maior poder explicativo da qualidade de vida dos produtores na região.

Quanto a variável número de residentes o valor apresentado na equação anterior já expressa o seu comportamento, conquanto a variável educação familiar, que participou na composição da equação $IPQV_1$, aumentou sua participação no $IPQV_t$; desta forma, pelos resultados da equação infere-se que os produtores rurais de familiares mais escolarizados são os que apresentam melhor qualidade de vida na região. Portanto, verifica-se que na análise de regressão múltipla do $IPQV_t$, sendo resultante do somatório do $IPQV$ com $IPQV_1$ representando respectivamente o fator alimentar e o fator

doméstico, que a variável educação familiar, além de significativa é membro positivo da equação com maior poder explicativo, fato que não ocorreu quando o fator alimentar foi analisado isoladamente no IPQV, o mesmo não se verificando quando esta variável foi analisada na análise de correlação com os componentes alimentares. Donde se conclui que a educação familiar somente influencia a melhoria do padrão alimentar quando este for considerado dentro de um aspecto global de bem-estar social, isto é, considerando-se conjuntamente as condições habitacionais e de alimentação.

Do ponto de vista metodológico, observa-se que a equação do $IPQV_t$ apresenta, de acordo com o referencial teórico desenvolvido neste estudo, dois indicadores condicionantes da qualidade de vida, a educação familiar e a integração civil; dessa forma, pode-se afirmar que os mesmos, juntamente com a renda bruta, são a porta de entrada para melhorar a qualidade de vida dos produtores da região no que se refere às condições de alimentação e habitação. Se se comparado, observa-se que este resultado coincide exatamente com o pressuposto desenvolvido por GUERRERO & ACOSTA-HOYOS (19), visando determinar os perfis da qualidade de vida no Rio Grande do Norte, de que o habitante rural com um bom nível de instrução, com uma renda familiar adequada e com a posse da documentação básica está em condições de obter melhor qualidade de vida.

Quanto aos resultados obtidos por GUERRERO & ACOSTA HO

YOS (19), no referido estudo, com relação ao nível de instrução, se comparáveis aos apresentados no presente trabalho, revelam os seguintes fatos; observa-se que no Rio Grande do Norte o nível de instrução melhora o consumo alimentar, o mesmo não ocorrendo em Rondônia, já que a educação familiar condiciona a melhoria do consumo alimentar dentro de um aspecto global do bem-estar social, isto é, concomitantemente, através da educação familiar melhora-se, além das condições habitacionais, também o consumo alimentar.

Por outro lado, através do presente trabalho detectou-se que a situação de bem-estar social, compreendida como as condições habitacionais e de alimentação da população estudada, deixa muito a desejar, principalmente no que se refere ao padrão alimentar. Neste aspecto, com base na documentação elaborada pela CEPA-RO(10), que destaca a programação do PDRI-RO para 1982/83, constata-se que não há referências quanto a ações voltadas para o bem-estar social, ou seja, relacionadas com a melhoria das condições habitacionais e alimentar pelo referido projeto, o que em boa parte presume-se que tenha contribuído para os resultados ora apresentados. Dessa maneira, pode-se predizer, pelo que foi apresentado na análise de regressão, que a melhoria do bem-estar social e, conseqüentemente, da qualidade de vida da população em estudo, deva ser incrementada prioritariamente pela educação familiar.

5. CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Neste capítulo apresentam-se as conclusões e as sugestões considerando os resultados obtidos pelas análises realizadas no presente trabalho com a (finalidade de estudar a qualidade de vida dos produtores rurais assentados pela colonização oficial e beneficiados pelo projeto de desenvolvimento rural integrado implantado em Rondônia.)

5.1. Conclusões

Com base nos resultados obtidos através da análise tabular, no que concerne ao perfil da qualidade de vida identificado pelos seus componentes, verifica-se que a população pesquisada apresentou, em sua maioria, condições não tão ruins de moradia, boa parte dos bens domésticos admitidos para a região e o conhecimento de algumas práticas de higiene. No entanto, apresenta condições nutricionais deficientes, aquém do normalmente recomendado por especialistas em nutrição e praticamente não se utiliza dos benefícios da previdência social, já que estes serviços são carentes na região. De um modo geral, é reduzido o númeu

ro de produtores que atingiram o limite mínimo aceitável de qualidade de vida através dos componentes analisados, donde se conclui que a qualidade de vida na região em estudo é considerada baixa.

Do exposto, convém salientar que ao agruparmos os componentes posse de bens básicos e padrão habitacional, fatores associados ao bem estar doméstico e que apresentam nível semelhante e superior aos níveis encontrados para o padrão de higiene, para o padrão alimentar e para o acesso à previdência social, pode-se inferir que os resultados apresentados indicam que esforços devam ser direcionados para integrar a população em estudo nos programas voltados para a educação alimentar, para a educação sanitária e para os programas assistenciais.

Nesta análise verifica-se também que a maioria dos produtores executam os trabalhos de seu lote com a mão-de-obra familiar; aqueles que se utilizam de assalariados contratam seus serviços somente por ocasião do pique da cultura e são raros os que têm mão-de-obra assalariada permanente. Esta mesma análise mostrou que estes produtores apresentam um baixo nível educacional e têm uma renda bruta familiar abaixo da própria possibilidade de sobrevivência na região; no entanto, são detentores de boa parte da documentação básica necessária à sua integração na sociedade. Constatou-se ainda que está havendo um processo de reconcentração e fragmentação fundiária através de um crescente aumento da venda de lote ou parte dele; por certo é que existe um número significativo (23%) de novos proprietários, isto é, produtores que

não foram assentados pelo processo de colonização. Dessa maneira, pode-se inferir que o produtor rural com baixa renda, baixo nível educacional e de posse da documentação legal pode ser induzido a vender seu lote em busca de novas perspectivas, donde se conclui que tendo em vista a ausência de uma política agrícola consistente, o significado real da posse de documentos não tem sido voltada para a promoção familiar de muitos produtores na região.

Dessa forma, o que se detectou através da análise tabular contraria o objetivo proposto pelo PDRI, ou seja, o de permitir a estabilização de um contingente significativo de pequenos produtores rurais através de uma perspectiva de planejamento da ocupação do espaço e da localização dos serviços, dotando a região de infra-estrutura de produção e infra-estrutura social, como saúde e educação CEPA-RO (10). Os resultados, ora apresentados, vêm exatamente reforçar os estudos efetuados pela FIPE (16) nas áreas dos PDRI's em Rondônia quando indica as seguintes tendências:

"O movimento de venda de terras verificado significa a existência de um processo de deslocamento dos colonos que compõem o público meta para outras áreas de Rondônia ou fora deste Estado. Esta tendência provocada pela valorização da terra é agravada pela reduzida atuação das ações na área da produção e dos serviços sociais no meio rural. O reduzido acesso ao crédito e o fraco desempenho dos segmentos que atingem o público meta, significam soma de forças no sentido da expulsão, contrariando o objetivo de fixação do homem à terra. Tal fato levanta a questão da consis-

tência do POLONOROESTE".

No que concerne ao grau de associação dos componentes da qualidade de vida com as variáveis sócio-econômicas, tendo em vista as correlações significativas apresentadas, tanto positivas como negativas, de um modo geral, podem-se concluir os seguintes aspectos:

- os produtores que apresentam mais carência alimentar são aqueles com maior número de residentes no lar e os que dependem mais do trabalho familiar no lote são mais deficientes de alimentos energéticos;

- produtores que possuem melhor nível educacional, maior integração civil e maior renda bruta são os que vivem em melhores condições de moradia, ou, então, a melhoria das condições de moradia, estrutura da casa e posse dos bens básicos, pode ser influenciada pela melhoria do nível educacional, da posse de documentos básicos e por um aumento na renda bruta;

- existe coerência de comportamento familiar com relação aos três aspectos básicos da moradia, estrutura da casa, acomodação interna e limpeza; ou seja, quando existem meios de melhorar as condições de moradia, estas melhoras parecem ocorrer de forma simultânea, atendendo tanto aos aspectos de estrutura quanto aos de bem-estar e higiene;

- quanto menos atividades desenvolvidas pelo trabalho familiar e, conseqüentemente, mais baixa for a renda bruta, maior a necessidade dos benefícios previdenciários. O acesso a esses servi-

ços segundo se verificou na análise tabular, é insatisfatório, deixando muito a desejar, fato que pode levar a graves conseqüências pelos seguintes aspectos: primeiro, através da carência alimentar apresentada pela população pesquisada e, segundo, pela situação da própria região, isto é, inóspita e insalubre, e, por fim, quanto ao aspecto voltado para renda da população estudada que, em sua maioria, se mostrou baixa.

Os resultados obtidos através da "análise fatorial" referem-se à formação de índices ponderados de qualidade de vida de acordo com os componentes nele incluídos; no caso, foram detectados dois fatores: em primeiro lugar o fator alimentar e em segundo o fator doméstico, denotando-se que os mesmos evidenciam a importância da alimentação e da habitação na qualidade de vida da população pesquisada, demonstrando que esta se encontra de acordo com a hierarquia da percepção das necessidades humanas, segundo MASLOW (23), numa condição de sobrevivência biológica e de necessidades relacionadas com a segurança física.

Dessa maneira, verifica-se que os resultados obtidos enfatizam o comportamento coletivo dos componentes da qualidade de vida dos produtores rurais pesquisados, em que o fator alimentar e o fator doméstico, por serem fatores ortogonais e independentes, podem facilitar a formulação e a promoção de políticas de melhoramento de qualidade de vida, focalizando a importância conjuntural de um fator sobre outro. Portanto, neste sentido qualquer programação voltada para melhoria da qualidade de vida

da população estudada deve ser dirigida em primeiro lugar para melhorar o seu padrão alimentar.

Finalmente, no tocante ao poder explicativo das variáveis sócio-econômicas sobre a variável qualidade de vida, evidenciado através de regressão múltipla, foi significativo em pelo menos quatro das citadas variáveis: renda bruta, número de residentes, integração civil e educação familiar. A equação de regressão mostrou que as variáveis número de residentes e educação familiar apresentam poder explicativo relativamente forte e idêntico, sendo que a primeira de sentido inverso, ou seja, os produtores rurais com maior número de residentes em casa são os que têm uma qualidade de vida mais baixa, enquanto que, a educação familiar por estar relacionada positivamente reveste-se de particular importância para a melhoria da qualidade de vida na região.

Do exposto, apesar do baixo poder explicativo evidenciado pelas variáveis renda bruta e integração civil, pode-se concluir que os produtores da região com um melhor nível de instrução, com uma renda familiar adequada e com a posse de documentos básicos, estão em condições de obter melhor qualidade de vida no que se refere ao bem-estar social. Por outro lado, tendo em vista o baixo nível educacional da população estudada, não resta dúvida de que o mesmo tem-se constituído em uma limitação para que o produtor na região conheça e elege as opções mais convenientes para o melhoramento de sua qualidade de vida. Portanto, torna-se necessário que maiores esforços devam ser concentrados na educação (formal e informal) para que a mesma possa melhor contribuir

para a promoção individual e familiar do produtor no PIC Ouro Preto.

Por fim, as conclusões relativas às diversas análises demonstram que as medidas implementadas pelo PDRI-RO para fortalecer e aperfeiçoar a infraestrutura sócio-econômica não vem atendendo de forma expressiva a população meta, principalmente no que se refere aos componentes sociais, saúde e educação, que, aliados a carência alimentar identificada, revelam a ineficiência da política social no processo global do desenvolvimento da fronteira agrícola, o que conseqüentemente deixa sérias dúvidas sobre a capacidade dos projetos de colonização como alternativa para promover o bem-estar da população rural que migrou para a região.

5.2. Sugestões

Diante do exposto, sugere-se que os órgãos governamentais procurem melhorar, quantitativa e qualitativamente, as condições nutricionais da população rural e para tal, que tenham como carro-chefe a educação familiar, considerando também os ensinamentos informais voltados para a educação alimentar e sanitária. Da mesma forma, atenção deve ser redobrada por parte desses órgãos quanto aos aspectos voltados para saúde, uma vez que é insatisfatório o atendimento dos serviços previdenciários na área de ação do PIC Ouro Preto; portanto, é preciso que haja uma maior percepção desses órgãos da realidade social do produtor rural e sua família na região. Por outro lado, sugere-se, também,

que além da infraestrutura de apoio à produção implantada pelo PDRI, que se estabeleça uma política creditícia voltada para o pequeno produtor assentado em áreas de expansão de fronteira agrícola e uma política consistente de preços que estimule o mesmo a produzir, fazendo aumentar sua renda e que, conseqüentemente, venha contribuir para a melhoria da qualidade de vida do mesmo.

Frente a essas situações, esforços devem ser envidados no sentido de que os programas de desenvolvimento sejam alicerçados por um sistema de acompanhamento e avaliação dos PDRI's que garanta um melhor desempenho das ações previstas nestes projetos através da integração sistêmica dos diversos órgãos envolvidos na implantação dos mesmos. Do ponto de vista metodológico, sugere-se ainda que para a avaliação dos projetos de desenvolvimento rural integrado, além dos indicadores de rendimentos e benefícios formulados por CASLEY & LURY (07), propõe-se que os indicadores de qualidade de vida também sejam incluídos como instrumento avaliativo dos referidos projetos, uma vez que o método proposto para estudar a qualidade de vida oferece base e versatibilidade para desenvolver uma análise relevante dos indicadores selecionados.

Finalmente, vale ressaltar que o presente estudo apresentou suas limitações, tanto do ponto de vista metodológico quanto estatístico. Acreditamos que o mesmo poderia ter sido mais embasado com a introdução de outros componentes e variáveis, ou

mesmo com a exclusão de alguns itens utilizados para o cálculo de determinados indicadores, a exemplo do que ocorreu com o componente acesso à previdência social; no entanto, foi possível verificar, numa amostragem de vinte questionários utilizados na pesquisa, que a exclusão de dois itens questionáveis por ocasião da análise dos resultados e que foram utilizados para determinação do citado componente, não influenciou na sua classificação. De certa forma, como já foi dito na introdução, que sirva este trabalho como um marco referencial para novos estudos na região. Portanto, sugere-se que em novas pesquisas sejam incluídas outras variáveis, no sentido de que melhor identifiquem as tendências da população estudada e, também, para aumentar o poder explicativo das mesmas sobre a qualidade de vida em Rondônia.

6. RESUMO

O presente estudo teve como finalidade identificar o nível de qualidade de vida dos produtores rurais localizados no PIC Ouro Preto beneficiados pelo PDRI-RO, verificando-se ainda as relações existentes entre a qualidade de vida e algumas variáveis sócio-econômicas consideradas relevantes para o processo de desenvolvimento rural em Rondônia.

Para atingir este objetivo foram utilizados dados primários coletados através de questionários previamente testados, sendo aplicados por técnicos da EMATER-RO e a população alvo foi de 133 produtores rurais.

A partir das informações obtidas para se proceder às análises, utilizou-se da metodologia desenvolvida por GUERRERO (17) para estabelecer perfis da qualidade de vida da população rural.

Para a análise dos dados, adotaram-se os seguintes instrumentos analíticos: análise tabular, análise de correlação, análise fatorial e análise de correlação linear múltipla.

A análise tabular foi utilizada para mostrar a situação dos produtores da região pesquisada, delineando um perfil das condições de vida dos mesmos.

Antes de utilizar a análise fatorial para determinar o comportamento coletivo dos componentes da variável qualidade de vida, identificando-se os fatores básicos de cada grupo constituído por estes componentes, lançou-se mão da análise de correlação para verificar a relação existente entre os referidos componentes e as variáveis sócio-econômicas.

Finalmente, a análise de regressão foi utilizada para visualizar uma melhor compreensão do comportamento da variável qualidade de vida, como variável dependente, em relação às variáveis independentes, ou melhor, verificar o poder explicativo das variáveis sócio-econômicas sobre a variável dependente.

Dos resultados apresentados através das referidas análises, concluiu-se que os produtores rurais do PIC Ouro Preto, apesar de apresentarem condições não tão ruins de moradia, apresentam um baixo nível educacional, um baixo padrão alimentar e um insatisfatório acesso aos serviços previdenciários. Conquanto a variável qualidade de vida fosse identificada por dois fatores, os fatores alimentar e doméstico, que, no conjunto, depois de serem submetidos à análise de regressão, visualizou-se que a mesma é explicada inversamente pela variável número de residentes e de forma positiva com as variáveis renda bruta, integração civil e,

principalmente, pela educação familiar, já que as duas primeiras variáveis apresentaram um baixo poder explicativo.

7. SUMMARY

The objective of this study was to identify the level of the quality of life of the rural producers localized in the PIC Ouro Preto benefitted by the PDRI-RO, and further verifying the relationships existing between the quality of life and some socio-economic variables considered relevant for the process of rural development in Rondonia.

To realize this objective primary data collected by previously tested questionnaires which were applied by technical staff of EMATER-RO to a target population of 133 rural producers were used.

In order to procede with the analyses from the information obtained, the methodology developed by GUERRERO (17) was used to establish profiles of the quality of life of the rural population.

The following analytical instruments were adopted to analyse the data: tabular analysis, correlation analysis, factorial analysis and multiple linear correlation analysis.

The tabular analysis was used to show the situation of the producers in the region investigated, delineating a profile of the conditions of life of these producers.

Before using the factorial analysis to determine the collective behaviour of the components of the variable quality of life, identifying the basic factors of each group constituted by these components, use was made of the correlation analysis to verify the relationship existing between the referred to components and the socio-economic variables.

Finally the regression analysis was used to visualize a better understanding of the behaviour of the variable quality of life, as a dependent variable, in relation to the independent variables, or better, verify the explanatory power of the socio-economic variables on the dependent variable.

The results presented by the referred to analyses concluded that the rural producers of PIC Ouro Preto, in spite of presenting reasonable living conditions, presented a low educational level a low alimentary standard and an unsatisfactory access to the welfare services. Although, the variable quality of was identified by two factors; the alimentary factor and the domestic factor, which, together, after being submitted to regression analysis, it was visualized that the same is explained inversely by the variable number of residents and in a positive form with the variable gross income, civil integration and principally by the

family education since the first two variables showed a low explanatory power.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ACOSTA-HOYOS, L.E. & GUERRERO, J.S. Tecnologia e qualidade de vida: uma polêmica do nosso tempo. Viçosa, UFV, 1985. 112p.
2. ALVES, S.A. Análise comparativa da qualidade de vida entre os pequenos produtores rurais do agreste de Itabaina e do sertão sergipano. Viçosa, UFV, 1986. 114p. (Tese MS).
3. ARAÚJO, J.E.G. Agenda para el futuro; balance y perspectivas del desarrollo rural en America Latina y el Caribe, una vision desde el IICA. San José, Costa Rica, IICA, 1982. 382p.
4. BARBOSA, T. Programas especiais de desenvolvimento rural: algumas considerações sobre a avaliação e modelos. Revista de Economia Rural, Brasília, 19(3):531-6, jul./set. 1981.
5. BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste. POLONOROESTE; sumário e legislação. Brasília, 1982. 46p.

6. CAMARGO, C.P.F. de. Família e religião na sociedade rural em mudança. In: SZMRECSÁNYI, T. & QUEDA, O. Vida rural e mudança social. São Paulo, Nacional, 1973. p.220-35.
7. CASLEY, D.J. & LURY, D.A. Monotória e avaliação de projetos de desenvolvimento rural agrícola. Brasília, Banco Mundial/CODEVASF, 1985. 146p.
8. COCHRAN, W.G. Técnicas de amostragem. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1965. 555p.
9. COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DE RONDÔNIA. Estrutura fundiária de Rondônia; versão preliminar. Porto Velho, 1984. 95p.
10. _____. Projeto de desenvolvimento rural integrado de Rondônia; características e programação 1982/83. Porto Velho, 1982. 70p.
11. CRAWFORD, A. Seleção e preparo de alimentos. Rio de Janeiro, Record, 1966. 387p.
12. EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Administração rural: um enfoque para extensionistas. Brasília, 1982. 121p.
13. FERREIRA, A.M.S. Dimensões da qualidade de vida no meio rural de Santa Catarina e Rio Grande do Norte. Viçosa, UFV, 1986. 99p. (Tese MS).

14. FLORES, M; MENCHÚ, M.T. & LARA, M.Y. Valor nutritivo de los alimentos para centro América Y Panamá. Guatemala, INCAP, 1971. 18p.
15. FONSECA, J.S. da.; MARTINS, G. de A.; TOLEDO, G.L. Estatística aplicada. São Paulo, Atlas, 1982. 267p. 311.2
FON
est.
16. FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. Relatório de avaliação de meio termo do PDRI's; Rondônia e Mato Grosso. São Paulo, 1985. 92p.
17. GUERRERO, J.S.J. Qualidade de vida rural e migração no contexto "Nordeste-Sul" do Brasil. Oikos, Viçosa, 4(1):49-63, 1985.
18. GUERRERO GUTIERREZ, J.S.J. Structural and individual components of change in a Brazilian agricultural situation. Ohio, Ohio State University. 1973. 136p. (Tese MS).
19. _____ & ACOSTA-HOYOS, L.E. Qualidade de vida: opção técnica e metodológica. Revista de Economia Rural, Brasília, 21(2):173-92, abr./jun. 1983.
20. KAZMIER, L.J. Estatística aplicada e economia e administração. São Paulo, Mc Graw-Hill do Brasil, 1982. 376p.
21. KEYNES, J.M. Economia: seleção de textos. São Paulo, Ática, 1978. _____ (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 6).

22. KMENTA, J. Elementos de econometria. São Paulo, Atlas , 1978. 685p.
23. MASLOW, A. Motivation and personality. New York, Harper & Row, 1970. 230p.
24. MELLOR, J.W. O planejamento do desenvolvimento agrícola . Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1967. 413p.
25. MODESTO, R.G. A contribuição do INCRA dentro do processo de ocupação do Território de Rondônia. Porto Velho, INCRA, 1981. 59p.
26. MUELLER, C.C. O estado e a expansão da fronteira agropecuária brasileira. Estudos Econômicos, São Paulo , 13(3):657-79, set./dez. 1983.
27. NYERERE, J.K. Sobre o desenvolvimento rural. In: WERTHEIN, J. & BORDENAVE, J.D., orgs. Educação rural no terceiro mundo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. p.17-30.
28. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. Elementos del bienestar rural. Roma, s.d. 57p. (Estudios Agropecuários, 27).
29. PINTO, J.B. A educação de adultos e o desenvolvimento rural. In: WERTHEIN, J. & BORDENAVE, J.D. Educação rural no terceiro mundo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. p.65-102.

30. PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO D'OESTE. Anuário estatístico: 1984. Ouro Preto D'Oeste, 1985. 40p.
31. REIS, O.M. & SANTOS, H.F. de C.A. dos. II Curso de projetos de desenvolvimento rural integrado. Brasília, CENDEC/IPEA/IDE/BANCO MUNDIAL, 1983. 78p.
32. RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Núcleo Estadual Responsável por Migrações - NURE/MIGR. 5 anos de migração em Rondônia: 1979/83. Porto Velho, 1984. 21p.
33. TAVARES, V.P.; CONSIDERA, C.M. & SILVA, M.T.L.L. de C. Colonização dirigida no Brasil; suas possibilidades na região amazônica. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979. 195p.
34. TÁVORA FILHO, A.A.F. & LEITE, P.S. A estratégia do desenvolvimento rural integrado. In: LEITE, P.S. Subdesenvolvimento e desenvolvimento rural do Nordeste. Fortaleza, UFC, 1983. p.19-48.
35. TURCHI, L.M. A colonização dirigida no processo de expansão e ocupação da fronteira agrícola: Território Federal de Rondônia. Revista de Economia Rural, Brasília, 19:93-123, 1981. (Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 19).

36. VIANA, L.S.; GUERRERO, S.J.; RAGGI, L.A.; BARROS, E.V. Qualidade de vida no meio rural brasileiro: o caso do sertão de Alagoas. Revista de Economia Rural, Brasília, 18(2): 182-204, abr./jun. 1980.

9. APÉNDICE

APÊNDICE A - ACESSO À ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Especificação

- 01- Vacinação das crianças
 - 02- Assistência Médica
 - 03- Assistência Odontológica
 - 04- Aposentadoria
 - 05- Auxílio Medicamento
 - 06- Auxílio Funeral
 - 07- Auxílio Natalidade
 - 08- Auxílio Acidente
 - 09- Auxílio Doença
 - 10- Merenda Escolar
 - 11- Leite para crianças
 - 12- Assistência Ambulatorial ou
Hospitalar
-

SIM (s)

APÊNDICE B - NUTRIÇÃO

ALIMENTOS	DA FAMÍLIA	
	UNIDADE	QUANTIDADE
Milho		
Pão		
Massas		
Feijão		
Mandioca		
Tubérculos		
Carne fresca sem osso		
Carne fresca com osso		
Carne seca		
Peixe		
Leite		
Ovos		
Derivados do leite		
Rapadura		
Açúcar		
Doces		
Frutas		
Verduras		
Bolachas		
Biscoitos de polvilho		
Refrigerantes		
Cachaça		
Cerveja		
Café		
Chá		
Gordura animal		
Manteiga		
Gordura vegetal (óleo)		
Linguiça		
Outros		
TOTAL		

APÊNDICE C - POSSE DOS BENS BÁSICOS

BENS BÁSICOS
Mesa
Cadeira
Fogão
Pratos
Talheres
Copos
Panelas
Filtro de água
Camas
Móveis de sala
Rádio
Iluminação elétrica
Guarda-roupa
Máquina de Moer
Outros

SIM (s)

APÊNDICE D - PADRÃO HABITACIONAL

FATORES	1	2	3	4	5
Estado do piso	Deteriorização completa	Sérias avarias na estrutura	Material ruim sem acabamento	Material regular - Acabamento pobre	Material com acabamento melhor
Estado da paredes	idem	idem	idem	idem	idem
Estado do telhado	idem	idem	idem	idem	idem
Situação da ventilação	Péssimo sem janela	Muito deficiente - janelas rudimentares	Mínimo de condições	Moderada ventilação	Boa Janelas boas
Situação da iluminação	Velas de cera	Lampião	Lâmpada de querosene e acetileno	Elétrica deficiente	Elétrica boa

PADRÃO DE HIGIENE

FATORES	AValiação DE CADA ITEM	1	2	3	4	5
Destino do defetos humanos	()	Junto à casa	No mato	Enterrado	Usa fossa	Tem privada
Destino do lixo	()	Disperso pe- la casa	Jogado no mato	Enterrado	Queimado	Utilizado para fins energéticos
Uso da água	()	Fonte suja e batida pelos animais	Córrego e fonte poluí da	Suja pública poço limpo	Poço ou mina	Água encanada

SOMATÓRIO

DOS PONTOS ()

NOTA DE 1 a 5 ____

APÊNDICE F - CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL

ÁREA TOTAL DO LOTE -----ha

TEM ESCRITURA PÚBLICA? SIM ----- NÃO -----

EM CASO POSITIVO EM QUE ANO FOI LAVRADA A REFERIDA ESCRITURA?

19-----.

EM CASO NEGATIVO PORQUE AINDA NÃO TEM ESCRITURA PÚBLICA? -----

O LOTE TEM CADASTRO DE IMÓVEL RURAL?

SIM ----- NÃO -----

EM CASO POSITIVO EM QUE ANO FOI CADASTRADO? 19-----

FORMA DE EXPLORAÇÃO DO LOTE:

DIRETA -----

INDIRETA ----- (Por arrendamento)

EM CASO DA EXPLORAÇÃO FOR POR ARRENDAMENTO, O CONTRATO FOI POR
QUANTOS ANOS? -----

O LOTE JÁ ESTÁ ARRENDADO A QUANTOS ANOS? ----- anos

FOI ASSENTADO PELO INCRA? SIM ----- NÃO -----

EM CASO NEGATIVO, QUANDO ADQUIRIU ESSE LOTE? 19-----

QUANDO RECEBEU O LOTE, ESTE JÁ ESTAVA DEMARCADO?

SIM ----- NÃO -----

EM CASO NEGATIVO, EM QUE ÉPOCA SE EFETIVOU A DEMARCAÇÃO?

19 -----

APENDICE G - PERFIL FAMILIAR

[illegible]

CULTURAS EM ORDEM DE RENTABILIDADE	ÁREA CULTIVADA Ha	SEMENTES/MUDAS		PRODUÇÃO (SC)			PRODUÇÃO COMERCIALIZADA	LOCAL DE VENDA				VALOR APURADO
		PROCEDÊNCIA	QUANTIDADE	PRÓPRIA	PARCEIRIA	ARRENDAMENTO		Nº LOTE	NA FEIRA	CIBRAZEM	OUTROS	

*QUANTIDADE: SEMENTES (KG) MUDAS (UNIDADE)

APÊNDICE I

EXTRATIVISMO

ESPÉCIES	ANO AGRÍCOLA 1985/86		
	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR APURADO

APÊNDICE J

PECUÁRIA

REBANHO EXISTENTE

ESPECIFICAÇÃO		ANO AGRÍCOLA 85/86					
		Quant. Plan- tem	Perdas (cab.)	Vendas (cab.)	Total Apurado (CZ\$)	Rebanho efetivo (2)	Rebanho (2 - 1)
BOVINOS	Reprodutores						
	Matrizes						
	Animais c/ +1 ano e -4 anos						
	Animais c/ -1 ano						
SUÍNOS	Reprodutores						
	Matrizes						
	Animais sol- teiros						
EQUINOS	Cavalos						
	Éguas						
	Potros (as)						
OUTROS	Aves						
	Caprinos						
	Ovinos						
							
							
							

APÊNDICE L - SUBPRODUTOS E MANUFATURADOS

Especificações por ordem econômica	UNIDADE	(ANO AGRÍCOLA 85/86)		
		Quantidade/ano		Valor Apurado
		Produzida	Comercializada	
a) SUBPRODUTO				
b) MANUFATURADO				

APÊNDICE M - ASSISTÊNCIA TÉCNICA

RECEBE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE ÓRGÃOS OFICIAIS?

SIM ----- NÃO -----

EM CASO POSITIVO DE QUE ÓRGÃOS E QUE TIPO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA?

ÓRGÃOS	TIPO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA
EMATER	
CEPLAC	

EM CASO NEGATIVO, PORQUE NÃO VEM RECEBENDO ASSISTÊNCIA TÉCNICA APÓS IMPLANTAÇÃO DO NUAR?

APÊNDICE N - DISPONIBILIDADE DE MÃO-DE-OBRA

Especificação	Mão-de-obra assalariada temporária	Mão-de-obra assalariada permanente	Formas não assalariadas *
	Ano Agrícola 85/86	Ano Agrícola 85/86	Ano Agrícola 85/86
1. Adultos-homens. a) número b) dias/ano			
2. Adultos-mulheres: a) número b) dias/ano			
3. Crianças** a) número b) dias/ano			

